



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS/CAMETÁ
FACULDADE DE HISTÓRIA DA AMAZÔNIA TOCANTINA-FACHTO**

BERALDO DA SILVA

**HISTÓRIA, MEMÓRIA E MODOS DE VIVER NA COMUNIDADE QUILOMBOLA
DE ARAQUEMBÁUA: Transformações econômicas e socioeducacionais**

**Baião – PA
2023**

BERALDO SILVA

**HISTÓRIA, MEMÓRIA E MODOS DE VIVER NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE
ARAQUEMBÁUA: Transformações econômicas e socioeducacionais**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Faculdade de História da Amazonia Tocantina (FACHTO) do Campus Universitário do Tocantins/UFGA-Cametá, como um dos pré-requisitos para a obtenção do grau de Licenciatura Plena em História, sob a orientação da Profª. Drª. Benedita Celeste de Moraes Pinto.

BERALDO SILVA

**HISTÓRIA, MEMÓRIA E MODOS DE VIVER NA COMUNIDADE QUILOMBOLA
DE ARAQUEMBÁUA: Transformações econômicas e socioeducacionais**

Aprovada em: ____/____/____/

BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. Benedita Celeste de Moraes Pinto
FACHTO/PPGEDUC/UFPA-Cametá
ORIENTADORA

Profª. Drª. Marisa Alicia Montrucchio
PPGEDUC/UFPA-Cametá
AVALIADORA

Profª. Mª. Fernanda Nilvea Pompeu Varela
FAL/UFPA-Cametá
AVALIADORA

Baião – PA
2023

AGRADECIMENTOS

Começo esse momento agradecendo em primeiro lugar a Deus por ter me proporcionado saúde para concluir esse trabalho, PORQUE DELE E POR ELE, E PARA ELE, SÃO TODAS AS COISAS (Romanos 11,36).

A minha querida mãe Raimunda Joana Leão da Silva Ribeiro (in memoriam), por ser em vida minha inspiração e meu exemplo de força, paciência, perseverança e determinação e pelos seus ensinamentos e principalmente pelo seu amor.

Ao meu pai Benedito de Freitas Fernandes, por ser uma pessoa que com muita força literalmente atravessou a remo na força do braço milhares de vezes esse nosso rio Tocantins para trazer o sustento para nossa família, homem de caráter correto, honesto que nos ensinou e continua nos ensinando a trilhar os melhores caminhos que a vida nos proporciona.

A minha esposa Juliana Corrêa da Silva, por ser a melhor esposa que um homem poderia ter, é parceira em tudo, sempre demonstrou total apoio nesses anos de estudo, obrigado esposa.

Aos meus filhos Kleberson Corrêa da Silva e Késia Corrêa da Silva, por serem a razão e a base da minha vida, obrigado por tudo.

A minha sogra Diva Baia e ao meu sogro João Corrêa, por cuidarem da minha família enquanto estive ausente durante esse curso.

Aos meus irmãos Joelma, Benevander (in memoriam) Benevaldo, Benildo, Vivaldo, Josivaldo e Ronald, ao Marcelo meu sobrinho\ irmão.

A minha orientadora Dr^a. Benedita Celeste de Moraes Pinto, mulher que inspira que nos leva a sonhar cada vez mais alto, que acreditou em mim e passou toda força e confiança necessária para vencer essa etapa com seu jeito único de ser.

A todos o(as) professores(as) e funcionários da faculdade de História, pelos ensinamentos, incentivos e compreensão nos momentos difíceis pelos quais atravessamos, devido a pandemia do covid -19, desenvolvendo as mais diferentes estratégias para que as disciplinas do curso de História fossem ministradas..

A todos os colegas da turma de História 2018 Baião, pela convivência e conhecimentos compartilhados nesses quatro anos do Curso de História, em

especial, aos que faziam parte minha equipe, Robson, Célio, Marcos Paulo, Francisco, Lucas e Gustavo, amigos que tive o privilégio de conviver esses anos.

A todos os moradores da minha comunidade quilombola de Araquembaua minha terra natal, destacando os que tive o privilégio de entrevistar para esse trabalho.

Dedico esse trabalho aos meus pais,
Raimunda Joana Leão da Silva Ribeiro e
Benedito de Freitas Fernandes por serem
meus exemplos de vida.

A minha esposa Juliana Correa da Silva e
aos meus filhos késia e kleberson. por
serem minha base pra tudo.

Ninguém nasce odiando o outro pela cor de sua pele, ou por sua origem, ou sua religião. Para odiar as pessoas precisam aprender, e se elas aprendem a odiar, podem ser ensinadas a amar".
(Nelson Mandela)

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo geral analisar como iniciou o processo de luta e manifestações dos habitantes da comunidade de Araquembaua, no município de Baião no Estado do Pará, pela busca da energia elétrica, para que isso viesse ocorrer no ano de 2006, bem como mostrar importância dos personagens envolvidos nessa ação. Da mesma forma, tem-se como objetivos específicos analisar as mudanças nos modos de vida a partir da introdução da energia elétrica nessa comunidade, visando apresentar quais mudança econômica, sociais, educacionais vem ocorrendo nesses últimos anos com o benefício da eletricidade, buscando identificar quais elementos que revelem algumas melhoras ou não no que diz respeito a educação, com a chegada da energia elétrica na comunidade. Metodologicamente, a pesquisa foi desenvolvida em duas etapas. Primeiramente fez-se uma busca bibliográfica de estudos que faça diálogo com o tema proposto, autores que tratem de assuntos relacionados à costumes, tradição memória, como também políticas públicas relacionadas aos povos quilombolas. Dentre os quais destacamos: ROCHA (2018), PINTO (2004; 2006, 2010), LOPES (2017), THOMPSON (1992), PORTELLI (1997), BORGES (1993), BLOCH (2001), FONSECA (2002), FUZZI (2010), LIBERATORI (2019), RODRIGUES (2023), SILVA, (2021), RAMOS (2020), BARBOSA (2010), MAIA (2012), SANTOS e SILVEIRA (2001), entre outros. Assim como, também foram feitas atividades de pesquisa em busca de documentos escritos, imagéticos (fotografias, mapas) e artefatos da cultura material (vestígios de utensílios de uso domésticos e de construção de casas, pontes, além de outros. Na segunda fase foi realizada a pesquisa de campo, com realização de entrevistas com os moradores mais velhos, e jovens da comunidade em estudo. Neste sentido, foi com base nas fontes orais utilizadas neste estudo, a partir de entrevistas e conversas com os habitantes da povoação de Araquembaua, que foi possível fazer um comparativo das mudanças que estão ocorrendo nestas comunidades, uma das mais antigas do município de Baião, sendo uma das primeiras a se autodeclarar e a ser reconhecida como comunidade remanescente de quilombolas, evocando lutas e memórias resistentes da sua ancestralidade negra.

PALAVRAS-CHAVE: História, Memória, Lutas, Mudanças, Quilombolas

ABSTRACT

The present study has the general objective of analyzing how the process of struggle and manifestations of the inhabitants of the community of Araquembua, in the municipality of Baião in the State of Pará, for the search for electric energy began, so that this would occur in the year 2006, as well as show the importance of the characters involved in this action. Likewise, the specific objectives are to analyze the changes in lifestyles since the introduction of electric energy in this community, aiming to present which economic, social, educational changes have been taking place in recent years with the benefit of electricity, seeking to identify which elements that reveal some improvements or not with regard to education, with the arrival of electricity in the community. Methodologically, the research was developed in two stages. First, a bibliographical search was carried out for studies that dialogue with the proposed theme, authors that deal with matters related to customs, tradition, memory, as well as public policies related to quilombola peoples. Among which we highlight: ROCHA (2018), PINTO (2004; 2006, 2010), LOPES (2017), THOMPSON (1992), PORTELLI (1997), BORGES (1993), BLOCH (2001), FONSECA (2002), FUZZI (2010), LIBERATORI (2019), RODRIGUES (2023), SILVA, (2021), RAMOS (2020), BARBOSA (2010), MAIA (2012), SANTOS and SILVEIRA (2001), among others. As well as, research activities were also carried out in search of written documents, images (photographs, maps) and artifacts of material culture (traces of utensils for domestic use and construction of houses, bridges, among others. field research, conducting interviews with older residents and young people from the community under study. it was possible to make a comparison of the changes that are taking place in this community, one of the oldest in the municipality of Baião, being one of the first to declare itself and to be recognized as a remnant community of quilombolas, evoking struggles and resistant memories of its black ancestry.

KEYWORDS: History, Memory, Struggles, Changes, Quilombolas

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Imagem 01: Município de Baião – PA, e a Comunidade Quilombola de Araquembaua.....	24
Imagem 02: Trapiche e rampa de acesso da Comunidade de Araquembaua.....	29
Imagem 03: Lei n. 687 de 23 de março de 1990, elevou Araquembaua à categoria de povoação	33
Imagem 04: Comunidade quilombola de Araquembaua e Rio Tocantins	56

SUMARIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I	
UMA BREVE HISTÓRIA DA RESISTENCIA NEGRA E A FORMAÇÃO DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS NA MICRORREGIÃO DO TOCANTINS.....	18
1.1 - Breve histórico das Comunidades Quilombolas no Brasil	18
1.2 - A Existência de Comunidades Quilombolas no Município de Baião	23
1.3 - Origem da Comunidade Quilombola de Araquembaua	29
CAPÍTULO II	
TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS E SOCIOEDUCACIONAIS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE ARAQUEMBÁUA.....	35
2.1. A chegada Usina Hidrelétrica de Tucuruí	36
2.2. Traços da cultura africana e afro descendeste nas manifestações culturais a comunidade: reflexos na economia de subsistência e na educação	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
BIBLIOGRAFIA	31

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão tem como foco a comunidade quilombola de Araquembaua, no Município de Baião, Estado do Pará, aborda modos de viver e as transformações econômicas e socioeducacionais ocorridos nessa comunidade quilombola.

De acordo com dados obtidos no site do IBGE, a prévia da população do município de Baião, calculada com base nos resultados do Censo Demográfico 2022, até 25 de dezembro de 2022, é de 51. 844 habitantes. O município se estende por 3.758,3 km² com uma densidade demográfica de 13,8 habitantes por km², situado a 32 metros de altitude, Baião tem as seguintes coordenadas geográficas: Latitude: 2° 47' 35" Sul, Longitude: 49° 39' 46" Oeste, na Mesorregião Nordeste Paraense.

A povoação de Araquembaua, por sua vez, fica localizada na margem esquerda do Rio Tocantins, na área territorial do segundo Distrito do município de Baião, é uma comunidade ribeirinha formada por aproximadamente 200 famílias, é uma das 104 comunidades rurais de Baião, que faz parte das mais de quarenta comunidades quilombolas existentes no território baionense. Os moradores de Araquembaua, sobrevivem basicamente da agricultura de subsistência como (milho, arroz, feijão e mandioca), bem como da pesca artesanal e do extrativismo animal e vegetal.

Desta forma, a agricultura familiar e a pesca artesanal gerem a dinâmica social e o modo de viver da grande maioria dos habitantes dessa povoação, assim como, os modos de fazer, de criar e do cultivo, atrelado ao extrativismo vegetal, os quais reafirmam as características históricas, identitárias de pertencimento e de memórias quilombolas.

A vivência da comunidade quilombola de Araquembaua é marcada pela presença de culturas de origem afros, lendas e mitos que se entrelaçam com a realidade de um povo que tem na sua ancestralidade rituais de crenças nas festas de padroeiro, procissões e outras atividades diárias. O surgimento da comunidade dista desde o período colonial, dentre as diversas comunidades que compõe o município de Baião, sendo uma das comunidades mais antigas do município de

Baião. Sendo esta, elevada à categoria de povoada nos anos de 1900, por meio da Lei 687 de 23 de março de 1900.

Assim sendo, o presente estudo tem como objetivo geral analisar como teve início o processo de luta e as manifestações dos habitantes da comunidade de Araquembaua, no Município de Baião no Estado do Pará, pela busca da energia elétrica, para que isso viesse ocorrer no ano de 2006, bem como mostrar importância das pessoas da localidade envolvidas nessa ação. Da mesma forma, tem-se como objetivos específicos analisar as mudanças nos modos de vida a partir da introdução da energia elétrica nessa comunidade, visando apresentar quais mudança econômica, sociais, educacionais vem ocorrendo nesses últimos anos com o benefício da eletricidade, buscando identificar quais elementos que revelem algumas melhoras ou não no que diz respeito a educação, com a chegada da energia elétrica na comunidade.

Metodologicamente, a pesquisa foi desenvolvida em duas etapas. Primeiramente fez-se uma busca bibliográfica de estudos que faça diálogo com o tema proposto, autores que tratem de assuntos relacionados à costumes, tradição memória, como também políticas públicas relacionadas aos povos quilombolas. Dentre os quais destacamos: ROCHA (2018), PINTO (2004; 2006, 2010), LOPES (2017), THOMPSON (1992), PORTELLI (1997), BORGES (1993), BLOCH (2001), FONSECA (2002), FUZZI (2010), LIBERATORI (2019), RODRIGUES (2023), SILVA, (2021), RAMOS (2020), ROCHA, (2018), BARBOSA (2010), MAIA (2012), SANTOS e SILVEIRA (2001), entre outros. Assim como, também foram feitas atividades de pesquisa em busca de documentos escritos, imagéticos (fotografias, mapas) e artefatos da cultura material (vestígios de utensílios de uso domésticos e de construção de casas, pontes, além de outros), que pudessem auxiliar na concretização dos objetivos de pesquisa propostos.

Na segunda fase foi realizada a pesquisa de campo, que foi extremamente viável já que faço parte da comunidade em estudo, com realização de entrevistas com os moradores mais velhos e jovens da comunidade em estudo. Segundo afirma Paul Thompson (1992), a fonte oral é a reminiscência pessoal, é uma evidência oral específica das experiências de vida das pessoas entrevistadas. Tal evidência passa de geração para geração, assim sendo, a história oral é a que

melhor reconstrói os particulares triviais das vidas das pessoas comuns para aquelas que desejam realizar isso (Paul THOMPSON, 1992).

Desta forma, durante a pesquisa de campo foram entrevistados(as) cinco moradores, cujas entrevistas foram coletadas a partir da utilização de questionários com perguntas abertas pré-elaboradas, subjetivas, com questões que foram respondidas por habitantes da comunidade em estudo. As pessoas entrevistadas ou colaboradoras da pesquisa foram selecionados seguindo uma espécie de amostragem, sendo do sexo masculino e feminino, em um total de cinco (05) pessoas, com idade que varia entre 34 e 70 anos, que são: Deunício Lopes do Espírito Santo, 70 anos de idade; Clemilda Viana de Paula, 40 anos de idade; Henrique Daniel Chaves de Jesus, 34 anos de idade; Porfírio de Paula dos Reis, 51 anos de idade; Rosilda Pimentel de Souza, 37 anos. É importante mencionar que essas entrevistas foram autorizadas pelas pessoas, assegurando o uso das informações contidas nas mesmas, além do uso e compartilhamento das imagens feitas no decorrer da pesquisa.

Neste sentido, foi com base nas fontes orais utilizadas nestes estudos, a partir de entrevistas e conversas com os habitantes da povoação de Araquembaua, que foi possível fazer um comparativo, numa espécie de linha temporal, das mudanças que estão ocorrendo nessa comunidade. Para Paul Thompson (1992), a entrevista é um dos recursos de coleta de dados na pesquisa, essencial para se compreender qualquer objeto (THOMPSON, 1992). Por outro lado, segundo as afirmações de Portelli, a história oral nos conta menos sobre eventos que sobre significados, através dela podemos descobrir eventos até então desconhecidos ou então aspectos desconhecidos de eventos aos quais já temos conhecimento (PORTELLI, 1997, p. 31).

Meu interesse em pesquisar a respeito do tema surge a partir dos estudos das abordagens teóricas sobre a Nova História, a micro história e a história vista de baixo, estudadas no curso de História. Segundo afirma Borges, a obra histórica cada vez mais é uma construção do próprio historiador, é ele quem escolhe seu objeto e como vai trabalhá-lo, abandonando a visão tradicional da história positivista (BORGES, 1993). No mesmo sentido, Bloch defende que, o conhecimento do passado está em processo de transformação incessantemente, se aperfeiçoa. Assim como, a engenhosidade dos(as) pesquisadores(as) “em vasculhar mais a

fundo as bibliotecas, em abrir novas trincheiras nos solos cansados, não trabalhados...para enriquecer a imagem dos tempos idos” (BLOCH, 2001, p. 68).

Assim sendo, segundo as afirmações de Rafael Samuel (1990), a História, Regional, local, requer um tipo de conhecimento diferente daquele focalizado no desenvolvimento nacional, dando ao “pesquisador uma ideia mais imediata do passado”, uma vez que ela é encontrada ali “dobrando a esquina e descendo a rua. Ele pode ouvir os seus ecos no mercado, ler o seu grafite nas paredes, seguir suas pegadas nos campos” (SAMUEL, 1990, p. 220).

Levando em consideração a importância e a necessidade de se abordar uma história regional que faz parte do nosso cotidiano, esse novo modelo de se escrever história nos possibilita levar esse debate cada vez mais necessário para dentro das universidades, de modo que possa produzir interesse em dá visibilidade às ações que julgo ser de extrema importância dos povos tradicionais dessas localidades, principalmente dos negros descendentes de quilombos e indígenas dessa região que historicamente foram ocultados pela historiografia tradicional.

A história mostra com muita clareza que a formação das comunidades quilombolas na região do baixo Tocantins, representam um conjunto de lutas e resistências pela sobrevivência. E com a comunidade de Araquembaua não foi diferente esse processo, exemplos dessas lutas mais recentes, são a titulação da referida comunidade reconhecida como remanescente de quilombos somente no ano de 2002 juntamente com mais 11 comunidades da região, e a busca pela introdução da energia elétrica que ocorreu efetivamente no ano de 2006, após protestos e manifestações populares.

Apesar de ser uma das comunidades que foram diretamente afetadas pela construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, Araquembaua levou décadas para receber o abastecimento de energia elétrica a exemplo das outras comunidades da região. Desde então a comunidade que vive basicamente da pesca e agricultura familiar, vem passando por transformações; econômica, social, educacional, a partir da chegada da energia elétrica no ano de 2006.

Muitas das comunidades quilombolas do baixo Tocantins tiveram seu surgimento ainda no período escravocrata, é o caso da nossa comunidade de Araquembaua, que considerando a densa floresta amazônica, a facilidade de acesso pelo rio, a terra fértil pra prática da agricultura, são fatores que contribuíram

para formações dos pequenos quilombos na época, e que deram origem ao surgimento dessas comunidades.

Após a homologação da Constituição Federal de 1988, que reconhece como território quilombola essas comunidades, começam a surgir as lutas pelo reconhecimento de suas terras, muitas foram as mudanças resultantes das lutas movimentos negros, que se organizaram em buscar de garantir direitos e políticas públicas como forma de reparação aos negros escravizados, dentre essas lutas apresenta-se a questão das legalizações e demarcação dos territórios remanescentes de quilombolas.

Na comunidade de Araquembaua, não foi diferente, por volta do ano de 2000 com surgimento de lutas coletivas pela titulação de territórios junto ao Instituto de Terras do Pará (ITERPA), nesse momento Baião se destacou no cenário Estadual, já apresentando nessa época 34 comunidades autos declaradas segundo (IBGE, 2014), dentre elas destaca-se ainda as 12 comunidades que posteriormente formaram a Associação de Remanescentes de Quilombo de Igarapé Preto a Baixinha – ARQIB, sendo elas as 12 comunidades de remanescentes de quilombolas: Igarapé Preto, Araquembaua, Pampelonia, Itaperuçu, Cupu, França, Carará, Campelo, Teófilo, Varginha, Igarapezinho e Baixinha (RAMOS, 2020). Além da luta pela titulação, outros fatores contribuíram para a organização social dessas comunidades, como a questão da estrada, a BR 422, antiga Trans -Cametá, a luta pela luz elétrica, saúde educação, dentre outras.

Este trabalho de conclusão de curso analisa, com base na memória oral dos moradores da comunidade quilombola de Araquembaua, os modos de vida e as transformações econômicas e socioeducacionais, que ocorrem na referida comunidade, uma das mais antigas do município de Baião, sendo uma das primeiras a se auto declarar, e a ser reconhecida como comunidade remanescente de quilombolas, evocando lutas e memórias resistentes da sua ancestralidade negra.

O presente estudo está estruturado em dois capítulos. O primeiro capítulo, Uma Breve História da Resistência Negra e a Formação e Comunidades Quilombolas Na Microrregião do Tocantins, trata a respeito de territorialidade e identidade com as raízes africanas, as lutas incessantes de resistência negra em busca da liberdade e das conquistas dos seus direitos.

O Segundo capítulo, Transformações Econômicas e Socioeducacionais na Comunidade Quilombola de Araquembáua, analisa modos de vida dos habitantes da comunidade em estudo e as transformações ocorridas nessa comunidade quilombola após a chegada da energia elétrica.

CAPÍTULO I

UMA BREVE HISTÓRIA DA RESISTENCIA NEGRA E A FORMAÇÃO DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS NA MICRORREGIÃO DO TOCANTINS

1.1 - Breve histórico das Comunidades Quilombolas no Brasil

Para um melhor entendimento sobre as mudanças ocorridas na comunidade quilombola de Araquembaua, faz necessário entender a questão da territorialidade e sua identidade com as raízes africanas, suas origens, seus avanços e as conquistas do povo que nela residem, assim como, fazer uma breve análise da luta dos negros no Brasil, sua resistência e a incessante busca pela liberdade. Nesse contexto geral sobre as lutas dos negros no Brasil, precisamos saber mais de como ocorreu o processo de dominação e escravização dos negros em nosso território, para se ter uma dimensão da importância da presença dos negros africanos no desenvolvimento econômico e social do território brasileiro.

Ao tratar a respeito da historicidade de como se formaram os quilombos no Brasil, somos obrigados a nos remeter ao debate sobre a luta dos negros pela liberdade e, principalmente, pela posse e permanência na terra onde viviam, pois se trata de uma questão de sobrevivência. Segundo as afirmações de Rocha (2018), após muita luta pela abolição da escravidão no Brasil, a Lei Áurea é sancionada, uma lei que de certa forma libertou os escravos, ao mesmo tempo em que eles foram jogados à margem da sociedade sem direitos, sem recursos, sem moradia e sem locais de trabalhos, ou seja, abandonados à própria sorte, numa sociedade injusta e preconceituosa (ROCHA, 2018). Neste sentido:

No Brasil, a abolição dos escravos, não significa dizer que foi o fim do trabalho escravo na sociedade, até hoje é noticiado, pelos veículos de comunicação, a descoberta de trabalho escravo em território brasileiro, tudo por que, aprovou a Lei de abolição, mas não se criou mecanismos e políticas afirmativas para incorporar o negro à vida social, deixando os afrodescendentes à margem da sociedade brasileira. Possibilitando o aumento crescente da discriminação racial e a exclusão social, política e econômica que perseveraram ao longo dos séculos. Muito foi feito pelos governantes no sentido de reduzir o que se chama de “dívida social

negra”, mas muito se tem a fazer para que o povo quilombola venha superar os resquícios deixados por uma conduta de exclusão e diminuição do povo negro (ROCHA, 2018, p. 60).

Nas análises de Pinto (2010) quilombola diz respeito a povoação ou o habitante desta, originaria de antigos redutos de negros fugitivos, os resistentes do processo escravistas. Nos povoados negros da região do Tocantins, no Pará, até meados de 1997, os mais velhos se referiam aos redutos negros dos seus ancestrais, como lugar “*dos fugidos*”, “*dos escondidos*”; “*dos resistentes da escravidão*”, era muito raro se ouvir as palavras *mocambo* e *quilombo*. Foi a partir de 1995, com a participação de alguns habitantes, principalmente, dos povoados de Umarizal, Igarapé Preto, Bailique Centro e Bailique Beira, no município de Baião, nos *Encontros Raízes Negras* (promovidos pelo Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará – CEDENPA), final da década de 1980, início de 90, acrescidos aos contatos com participantes de movimentos negros, foi que o termo quilombo passou a ser utilizado, principalmente pelos mais jovens, como símbolo de identidade e luta pela posse e titulação definitiva da terra de remanescentes de quilombolas (PINTO, 2010, p. 28).

Portanto, na região do Tocantins, no Pará, vários povoados negros tiveram sua origem sinalizadas por esses redutos de fugitivos, “cujos traços culturais são fortemente marcados pela mistura de crenças e credos religiosos afros e indígenas, que ao constituírem os mocambos ou quilombos da região, compartilhavam meios de crer, lutar e sobreviver” (PINTO, 2004, p. 50). Das dispersões desses homens e mulheres negras foram sendo formados outras novas pequenas povoações de resistentes na região Tocantina, como é o caso do antigo Quilombo de Paxibal, no município de Baião, dos quais se formaram Umarizal, Bailique Centro, Bailique Beira e Igarapé Preto. Do quilombo do Mola em Cametá, surgem Porto Alegre, Boa Esperança, Porto Seguro, João Igarapé, Laguinho e Tomásia, assim como, o Icatu, no município de Mocajuba, desmembrou-se no Putiri (PINTO, 2010, p. 57).

Partindo de tais análises, observa-se as condições vivenciadas pelos negros e negras na luta pela posse e titulação de suas terras coletivas, reforçando que a terra é uma questão de sobrevivência e se tornou uma forte bandeira de luta para os nossos afrodescendentes. Lutas que se desencadeiam em diferentes frentes de batalhas, seja elas no campo social, jurídico e político, mas, também pelo seus próprio territórios, onde enfrentam madeiros e latifundiários, que tentam de todas

as formas expulsá-los de sua terra, aniquilando seus modos de vidas, suas diferentes formas de resistências, tentando apagar vestígios de suas histórias, dos seus costumes, de suas práticas culturais e religiosas.

Neste sentido, para Rocha (2018):

Dentre as principais características do povo quilombola, destacam-se o modo de sobrevivência, que está estritamente ligado ao cultivo da terra, bem como suas questões culturais expressadas por meio da dança e da religiosidade. Na educação de acordo com os dados estatísticos os negros apresentam um maior percentual de analfabetismo, quando comparados com os brancos e pardos em situações equivalentes (ROCHA, 2018, p 25).

Portanto, partindo desse princípio percebe-se que a luta pelo fim do regime escravo no Brasil constituiu um dos primeiros passos de organização social pela busca da liberdade para o povo negro. Regime este que colocou toda uma raça humana em condições de exclusão e subalternidade, a margem da sociedade, deixando assim, negros e seus descendentes numa invisibilidade histórica.

Neste sentido, Barbosa (2010, p.59) afirma que:

Uma vez que reconheçamos que “raça” como também “negro” e “branco” não são “dados naturais” que tem sido usada como critério de inclusão e exclusão, reivindicamos que deveríamos tratar tais conceitos também como parte integrante importante da história da discriminação, e é., como elementos ideológicos fundamentais da história do racismo (BARBOSA, 2010, p. 59).

Por outro lado, Pinto et al (2020) ressaltam que:

Os quilombos contemporâneos são conhecidos como comunidades remanescentes de quilombolas, que por questões políticas, relacionadas à lutas reivindicatórias dos seus habitantes pela posse e titulação de suas terras, direito assegurado no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal do Brasil, são reconhecidos como espaços de terras de descendentes de negros e negras que foram submetidos(a) à condição de escravizados(as) no período colonial. As terras onde vivem seus descendentes, vieram de doações, ocupações ou foram compradas secularmente a partir de muito esforço empreendido pelo grupo, cujos habitantes, na sua maioria, vivem da agricultura de subsistência, transmitindo para os mais jovens, a partir de vivências e experiências cotidianas, hábitos, costumes, práticas culturais e saberes herdados dos seus ancestrais (PINTO, et al, 2020, 125).

Desta forma, com o reconhecimento pela Constituição Federal do Brasil como terra de quilombo as comunidades remanescentes de quilombolas, as discursões sobre as criações das associações de remanescentes de quilombos ganham forças, trazendo desta forma uma nova visão de ser e de se auto reconhecer enquanto negro afro descendente, e dentro desse contexto que foi

criado a Associação dos Remanescentes de Quilombo de Igarapé Preto à Baixinha - ARQUIB.

Acredita-se que, as associações de remanescentes de quilombolas reforçam a presença do negro em seu território, resistindo nesse caso ao tempo e a toda dominação e exploração “branca”, reafirmando o princípio da ancestralidade e o direito a terra e a sua identidade negra. O auto reconhecimento dos negros afrodescendentes apresenta-se como um fato instável, pois aquilo que pode servir como comprovação de territorialidade em determinado tempo e espaço, em outro já pode ter assumido uma configuração totalmente adversa de exploração e dominação. Entretanto, para Maia (2012),

Essa identidade não se constitui um processo dado como pronto; pelo contrário, está sempre em negociação e renegociação, — de acordo com critérios ideológico-políticos e as relações do poder. Baseado nessa premissa, os movimentos negros brasileiros contemporâneos enfatizam o resgate da identidade étnica, do sentimento de pertencimento, como elemento mobilizador para conquistas inadiáveis, a exemplo do direito à terra pelas comunidades remanescentes de quilombos (MAIA, 2012, p.19).

Diante da necessidade de recriar e reinventar estratégias de sobrevivência, a luta pela terra nas comunidades quilombolas marca uma trajetória de resistência dos negros no Brasil, na Amazônia e na nossa região Tocantina. Logo, falar de territorialidade quilombola, é destacar o sentimento de pertencimento presente naqueles que se autodeclaram afrodescendentes, ou seja, isto é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence, segundo Santos e Silveira (2001), expressa relações de solidariedade e pertencimento ao lugar, mesmo sabendo que não existe uma forma única de ser quilombola, levando em consideração a diversidade geográfica presente em nossa região do Baixo Tocantins (SANTOS e SILVEIRA, 2001).

Entrar na questão da territorialidade quilombola, ganha materialidade e dá visibilidade às lutas de resistências negras, que já foram tentadas apagar da história, ou seja, histórias de lutas, vivências, memórias e legados históricos, socioculturais, políticos e religiosos dos afro descendentes.

Tem razão Micele Silva (2021) ao afirmar que, esse histórico de violência contra da população negra e seus descendentes, apesar de mostrarem como o Estado brasileiro encara essa população, evidenciando a capacidade organizativa, a resiliência e suas formas de resistências, pois permanecem vivas e lutando

atualmente. Neste sentido, os quilombolas e a sua descendência continuam suas lutas “contra todo projeto que desrespeite a terra e os territórios. Em especial, as comunidades do Baixo Tocantins vêm discutindo sobre projetos de grandes empresas que visam a invasão dos territórios em nome do ‘desenvolvimento’”, como por exemplo, a construção de uma hidrovia (Araguaia Tocantins) e uma ferrovia, as quais tem mobilizado organizações sociais, em defesa dessa região, que será afetada futuramente. Da mesma forma, as comunidades quilombolas da região enfrentam diariamente outros entraves, como ausência de posto de saúde e escolas, além de outros que atacam seu modo de viver e sua dignidade, como há “séculos a classe dominante vem fazendo, e neste cenário esses povos vêm se reinventando e construindo uma luta histórica, que visa não somente a defesa dos territórios e povos quilombolas, mas o cuidado com todos os seres, humanos ou não” (Micele, SILVA, 2021, p. 39).

Como afirmou Lopes (2017):

Os camponeses de Araquembaua, atualmente agregam a identidade quilombola e constroem novos traçados territoriais. A mudança semântica nas relações territoriais é acompanhada de uma série de outras transformações que não estão isoladas de um contexto mais global, ao contrário, respondem aos estímulos dados pela temporalidade do mundo, dessa forma, o meio geográfico incorpora a novidade e a herança expressando um território usado que é, sobretudo, produto e produtor de territorialidades em movimento (LOPES, 2017, p. 114).

A partir dessas análises observamos que nas comunidades remanescentes de quilombos a questão da territorialidade está intimamente ligada a posse e ao cultivo da terra, e que para garantir esse direito constitucional de populações tradicionais como é o caso dos quilombolas, vem sendo por meio de muita luta, luta contra o sistema dominador que, muitas das vezes facilita a documentação e grilagem de terra a madeireiras e burocratiza a legalização daqueles que realmente tem direito de posse, como é o caso de negros e negras, descendentes de antigos quilombolas ou resistentes do processo escravista. Vale destacar que a maioria dessas lutas vem recheada de grande violência, com ameaças de morte e tentativas de expulsão de suas terras de forma truculentas, e quando isso ocorre não fica para trás apenas um pedaço de chão, mas toda uma história, um legado, suas raízes, sua origem e cultura.

Segundo afirma Lopes (2017, p. 20):

Os custos sociais e ambientais provocados pelas madeireiras, pela UHE e pelos grandes projetos não foram os únicos. O cenário inclui casos de grilagem, não raro, amparados pelo poder público. Em Araquembaua, também, surgiram pessoas portando documentos de origem duvidosa que reclamavam a posse da terra ou que ofereciam dinheiro para comprá-la (LOPES, 2017, p. 20).

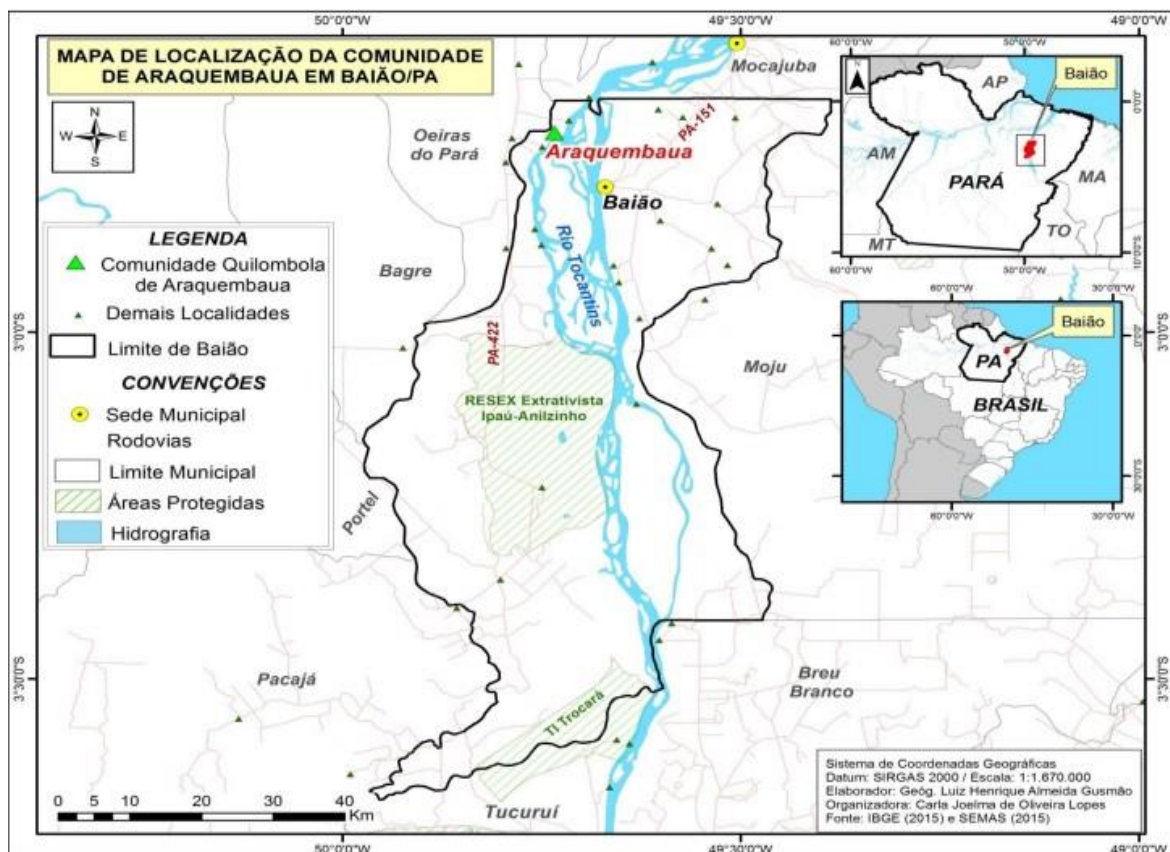
Como já citamos anteriormente, os dispositivos do Art. 68 do ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Carta Magna brasileira, que garante a posse da terra aos moradores das comunidades quilombolas, mesmo assim, existe uma grande burocracia para que os entes federados expeçam essa titulação, e que a falta desses, tem aumentado a quantidade de conflitos no campo, como, até 2018, o estado Pará foi o 4º Estado brasileiro a expedir certidões para comunidades quilombolas, seguidos por Bahia, Maranhão e Minas Gerais.

Rocha (2018) descreve da seguinte forma essa notificação dada pelo Art. 68 da Constituição Federal: “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado lhes emitir os títulos respectivos”. Deixando evidente que a garantia e o reconhecimento estabelecido por este artigo da constituição, passaram a mobilizar as organizações sociais quilombolas e moradores de várias comunidades remanescentes rurais, a ampliarem a luta em prol do direito de reconhecimento e titulação de suas terras que, agora por lei, já lhes pertence (ROCHA, 2018)

Temos então uma realidade idêntica ao que ocorreu no processo de titulação das terras da comunidade quilombola de Araquembaua, que após muitas lutas conseguiram o título coletivo e a posse legal de seus territórios, mas isso foi apenas uma batalha vencida, pois, para os moradores essa titulação representa a garantia da continuidade do negro em suas origens, preservando desta forma a sua identidade étnico cultural e que por outro lado ainda lhe garante o modo de vida particular que engloba um conjunto de técnicas e heranças do uso e manejo de suas terras.

1.2- A Existência de Comunidades Quilombolas no Município de Baião

Imagem 1. Município de Baião – PA, e a Comunidade Quilombola de Araquembaua



Fonte: IBGE, 2015. Organização: LOPES, julho de 2016.

Antes de adentrar na questão das comunidades quilombolas de Baião, faremos um breve histórico da origem deste município. Para isso, buscamos informações principalmente na Revista do Bicentenário de Baião, lançada em 1979, em comemoração aos duzentos desse Município, um dos municípios mais antigos da região do Baixo Tocantins. Cujá fundação é datada do ano de 1964, com a chegada do português Antônio Baião, considerado como fundador desse lugar, o qual recebeu uma sesmaria, do capitão-general do Estado do Maranhão e do Grão-Pará, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, donatário da Capitania de Camutá, atual município de Cametá. Antônio Baião ao recebeu a sesmaria, teve como incumbência edificar uma casa descente e povoar o lugar, aproveitando o curso do Rio Tocantins, no sentido Sul do Brasil. E desta forma, escolheu um lugar

“alto e aprazível”, onde estabeleceu residência, e criou um povoado, que fazia limites com a Capitania de Camutá até o Estado de Goiás (Revista do Bicentenário de Baião, 1979).

Segundo as afirmações de Ramos (2009), em 30 de outubro de 1769, o capitão-general e governador, Fernando da Costa de Athayde Teive, consagrou a doação efetuada por Coelho de Carvalho, batizando a sesmaria de Baião. O encarregado de executar a ordem foi Manoel Carlos da Silva (RAMOS, 2009).

Desta forma, o povoado passou a se chamar de “Lugar de Baião”, data que é comemorado na cidade como o aniversário de Baião, que até a independência o “Lugar de Baião” era um pequeno povoado, considerado como um entreposto comercial do alto Tocantins (Revista do Bicentenário de Baião, 1979). A partir das afirmações de Ramos (2009), foi no ano de 1833, que o conselho do Governador da Província, nas suas sessões de 10 a 17 de maio, promulgou uma Resolução, através da qual o “Lugar Baião” foi elevado à categoria de vila, recebendo a denominação de Nova Vila de Santo Antônio do Tocantins. Em 31 de outubro de 1935, a Lei Estadual nº 8 reconheceu Baião como Município e, através desse mesmo ato, Mocajuba foi reconduzido também à categoria de município (RAMOS, 2009).

De Baião foi desmembrado todo o Sul do Pará e ainda deu origem ao importante Município do baixo Tocantins, Tucuruí que, era o distrito de Alcobaça. (Revista do Bicentenário de Baião, 1979). O município de Baião já foi o um dos maiores dessa região, onde sua extensão chegava ao município de Conceição do Araguaia. Municípios importantes do Estado, como: Tucuruí e Marabá surgiram de vilarejos baionenses. Hoje, o município de Baião é formado pelos distritos-sede de Baião e pelos distritos de Joana Peres e São Joaquim de Itaquara (RAMOS, 2009).

A divisão política administrativa de Baião consta hoje com 5 distrito, distribuídos da seguinte forma; ficando na margem direita do rio Tocantins o 1º Distrito – sede do município de Baião, o 3º Distrito tendo como sede a Vila de São Joaquim de Itaquara, e na margem esquerda do rio Tocantins ficam o 5º Distrito – sede PA, Angelinópolis no KM 50 da BR 422, 4º Distrito com sede na Vila de Joana Peres e o 2º Distrito com sede na Vila de Umarizal, sendo neste último, onde está localizada a vila de Araquembaua, objeto desta pesquisa.

Partindo das concepções sobre a origem e histórias da colonização do Brasil, processo este que deu abertura para exploração da mão de obra escrava, e por conseguinte a vinda de negros(as) africanos(as) trabalhadores escravizados no processo de colonização do vasto território brasileiro. Nestas condições, com a chegada dos negros escravizados, surgiram também as insurgências, as fugas e reorganizações sociais em busca da liberdade. Diversas e/ou milhares foram as fugas dos negros, algumas bem-sucedidas ou não, uma luta que durou por mais de três séculos em todo o território nacional.

Nas afirmações de Ramos, segundo os registros bibliográficos históricos, por volta do ano de 1508, quando chegaram os primeiros negros no Brasil, deu-se início o regime de escravidão mais brutal e longo da história mundial (Ramos 2020).

Segundo Rocha (2018):

No período escravocrata do Brasil os negros fugidos das fazendas, buscavam esconderijos no meio das matas, esconderijos estes que também eram chamados de quilombos, com o passar dos tempos esses mesmos quilombos deram origem a diversas comunidades e vilas no Brasil afora, e em Baião não foi diferente de acordo com levantamento bibliográfico efetuado pela pesquisa, sabe-se que o quilombo de Paxibal deu origem a diversas comunidades e vilas no município de Baião (ROCHA, 2018, p.181).

A densa floresta, o grande acesso pelos rios navegáveis e a terra boa para práticas da agricultores, são alguns dos fatores que contribuíram para o surgimento de inúmeros minis quilombos na região do Baixo Tocantins, neste “contexto que aparecem a presença do negro na Amazônia, no Pará e em Baião” (RAMOS, 2020).

Neste sentido, Barbosa (2016) afirma que:

No Brasil foram cerca de 380 anos sob a escravidão. Por muitos anos a escola brasileira se dedicou a ensinar a memorização de sucessivas leis que precederam a Lei Áurea, que concedeu a suposta libertação dos escravos. A abordagem escolar do histórico desenvolvimento cultural, político e econômica brasileira passava a margem de uma problematização que representava / representa o Casa Grande e Senzala na formação do Estado e a sociedade brasileira (BARBOSA, 2016 apud ROCHA, 2018).

O município de Baião conta hoje com mais de 40 (quarenta) comunidades autodeclaradas quilombolas, com sua grande maioria localizadas na margem esquerda do rio Tocantins, na região do 2º e 4º Distritos. Nesta região formou um dos maiores quilombo do baixo Tocantins que foi o quilombo de Paxibal, o qual deu origem a inúmeras comunidades quilombolas do município de Baião, Oeiras do Pará e Mocajuba.

Como nos afirma Pinto (2010):

Atualmente, os descendentes de quilombolas de Paxibal, que se fixaram em Umarizal, juntamente com os moradores das localidades de Igarapé Preto, Bailique Centro e Bailique Beira por meio de uma associação de quilombolas, estão reivindicando, junto ao INCRA e ao Governo do Estado do Pará, os títulos definitivos de suas propriedades como terras de quilombos (PINTO, 2010, p. 93).

O surgimento de várias comunidades quilombolas do território baionense, se assemelham em suas origens, neste sentido temos que a Comunidade Quilombola de Araquembaua teve sua origem a partir da presença dos negros que aqui chegaram, e eram fugidos de alguma fazenda, além de indígenas que também habitam essa região de mata, da selva Amazônica. Inclusive há registros que, muito próximo de onde hoje está a vila de Araquembaua existirá o quilombo de Paxibal, de onde vieram muitos negros povoar nossa comunidade de Araquembaua e demais comunidades vizinhas, hoje todas autodeclaradas quilombolas e algumas já reconhecidas e com suas terras já tituladas como quilombolas.

Para Ramos (2020) foi:

A partir do quilombo Paxiubal, do qual saíram negros para povoar essa região, somando-se aos negros que chegaram pela margem esquerda do Rio Tocantins, esses negros escravizados e fugidos deram portando origem as diversas comunidades quilombolas nos Territórios de Baião e Oeiras do Pará, como Umarizal, Boa Vista, Paritá Mirí, Araquembáua, Baixinha, Cupu, França, Teófilo, Igarapé Zinho, Taperuçu, Varginha, Campelo, Pampolonia, Engenho, Calados, São Sebastião, Tatituquara, Bailique e Igarapé Preto, dentre outras (RAMOS, 2020, p. 24)

Nas afirmações de Pinto (2015), o município de Baião na região do Baixo Tocantins foi cenário de extensa ocupação territorial onde se insurgiram muitos negros na formação de mocambos e quilombos. O quilombo do Mola, localizado em Cametá, município vizinho de Baião, foi um importante foco de resistência negra e dele derivaram vários quilombos menores” (PINTO, 2015).

Logo, ao discutirmos a formação das comunidades quilombolas concluímos que sempre vai estar relacionado as lutas dos negros africanos e afrodescendentes, e isso nos remete as questões do racismo e do preconceito racial, assim como a busca de uma igualdade racial. Como já foi dito anteriormente, o povo negro arrasta uma luta por liberdade desde o início da vinda forçada dos primeiros negros para submeterem-se ao processo de escravidão e colonização do Brasil. Apesar de hoje já terem muitas mudanças ocorridas, mais ainda se enfrenta muita resistência da sociedade em reconhecer que o negro também é gente.

As comunidades quilombolas que pertencem ao território do município de Baião, em sua maioria, são formados por famílias de baixa renda, que se autodeclaram negras e se reconhecem como remanescentes de quilombos. Vale destacar que hoje nossas comunidades são formadas, tanto por famílias tradicionais, ou seja, descendentes de antigos quilombolas, quanto por aquelas que se fixaram no local depois de sua fundação. Na sua maioria, os moradores da comunidade apresentam os traços fenotípicos dos descendentes de negros, visivelmente perceptível, na cor da pele, nos cabelos e lábios, mas também, nos traços culturais, como, é o caso das manifestações religiosas de origem afro, na dança do samba de Cacete, dança típica afro, realizada para comemorar o início ou final do plantio de um roçado. Assim como, a presença da culinária e da prática do extrativismo vegetal.

Segundo Pinto (2013), o Samba de Cacete é uma prática cultural encontrada nas povoações remanescentes de antigos quilombolas da região do Tocantins, e que,

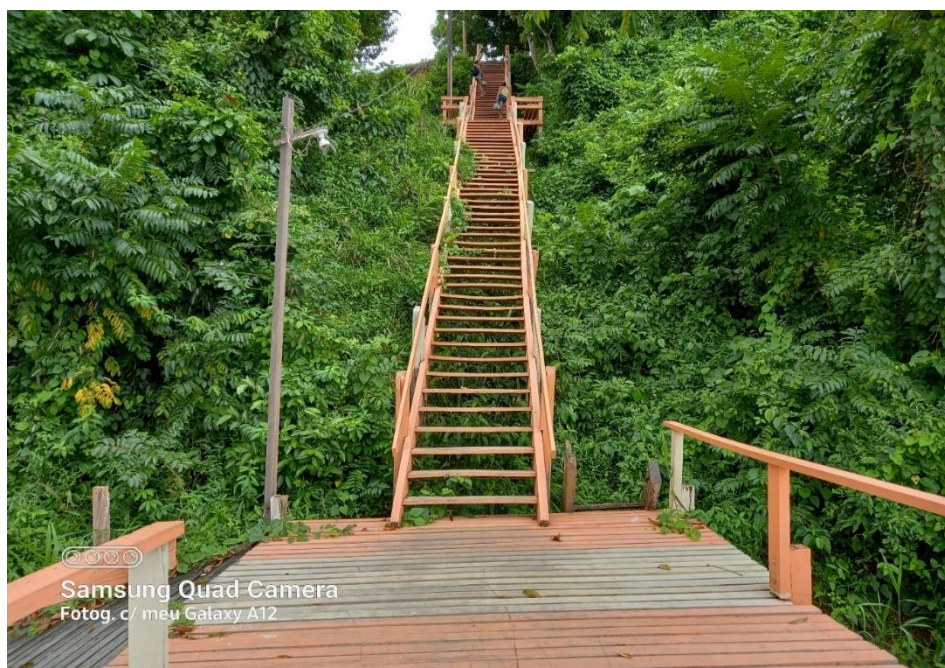
Embora cada povoação quilombola tenha sua forma particular de realização, os tambores, o ritmo, as letras e o modo de dançar são semelhantes. É uma espécie de batucada com participação de todos os presentes naquele momento, vem da improvisação, onde as músicas surgem livremente no momento, ou, então, canta-se as já tradicionais, passadas de uma geração para outra. Recebe o nome de Samba de Cacete porque os únicos instrumentos musicais são dois tambores, ou tambouros, como também é comumente denominado na região, de aproximadamente um metro e meio de comprimento, feitos pelos próprios habitantes das povoações negras rurais a partir de troncos ocos de árvores resistentes, como jareua, acapu, maçaranduba e cupiuba, os quais são ritualisticamente escavados no interior, tendo em uma das extremidades um pedaço de couro amarrado com cipó ou corda de curuanã, além de quatro cacetinhos de madeira. No momento do samba sentam-se em cima de cada tambor dois batedores, também chamados de tamborineiros ou caceteiros, que ficam de costas um para o outro. Aqueles que ficam do lado que tem o couro batucam com as mãos e os que ficam na outra extremidade batem com os cacetinhos. Os batedores cantam as estrofes das músicas enquanto os dançarinos e as dançarinas, em tons unissonantes, fazem o coro" (PINTO, 2013, p. 33).

Tendo no samba de cacete a presença viva da dança e gingado oriundos dos negros, os instrumentos utilizados no samba de cacete, são os tambores, feito pelos próprios quilombolas, de tora de pau oco com couro de animal silvestre em uma das faces, e os cassetetes de madeira que fazem o repique do samba, no mesmo pau oco do tambor.

Conforme menciona Pinto (2015), o Samba de Cacete parece ser nos povoados negros rurais da região do Tocantins, acima de tudo, uma espécie de saudação ao trabalho, uma vez que durante o momento que antecede cada pausa do samba de cacete denomina-se fornada, uma alusão a um dos atos da feitura de farinha de mandioca, quando a massa ao secar no forno é denominada pelos roceiros e roceiras da região Tocantina de fornada. E desta forma, os habitantes das populações negras rurais desta região, descendentes de antigos quilombolas, vão marcando os passos das suas vivências e das suas experiências cotidianas, nas diferentes formas de trabalhar, se divertir, se confraternizar uns com os outros, de partilhar saberes, histórias e memórias das vozes resistentes da sua ancestralidade negra, que continuam ecoando entre seus descendentes no toque do tambor e no gingado do corpo, como sinais mais sublimes de reverências aos seus (PINTO, 2015).

1.3- Origem da Comunidade Quilombola de Araquembaua

Imagem 2: Trapiche e rampa de acesso da Comunidade de Araquembaua



Fonte: Registro Arquivo pessoal

É importante ressaltar que ainda não se sabe precisamente a data da chegada dos primeiros moradores nas terras que hoje está o território quilombola

da comunidade de Araquembaua, assim como, não se sabe realmente se foram os negros ou indígenas os primeiros moradores. Segundo a história recontada pelos moradores, os primeiros negros fugidos que se aquilombaram nas proximidades desta comunidade, foram os do antigo quilombo de Paxibal.

A povoação de Araquembaua faz parte de um conjunto de 104 comunidades que formam o município de Baião PA, região do baixo Tocantins, na Estado do Pará. E como não existe até o momento uma comprovação documental que revele a origem da comunidade, buscamos por meio da memória oral dos moradores mais antigos, prováveis datas de sua origem, referentes ao seu surgimento.

A priori teceremos algumas considerações a respeito da origem do nome “Araquembaua” é predominante a versão recontada na comunidade entre os moradores, principalmente os mais velhos, de que a origem do nome vem em homenagem ao casal de indígenas que foram seus primeiros habitantes. Segundo Lopes (2017), é comum ouvir que no atual território habitava uma etnia indígena, liderada por um casal, sendo ele o cacique chamado “Araquem” e sua esposa de nome conhecida como “Baua”, e a junção dos nomes formam o nome Araquembaua. É importante destacar, que de fato essa região da Amazônia foi muito habitada por indígenas, atualmente apesar de todo o processo de colonização e exploração esses povos continuam resistindo e existindo.

O trabalho de pesquisa realizado pela acadêmica de mestrado Carla Lopes (2017), da Universidade Federal do Pará – UFPA, cuja temática de estudo foi “O Território Quilombola de Araquembaua, Baião – PA”, no qual essa autora trás importante contribuição, ao trabalhar com narrativas de velhos habitantes dessa povoação, como o a seguir:

Meu bisavô era descendente de escravos, seu nome era Boaventura, mas as pessoas daqui o chamavam de Velho Ventura. Ele faleceu com 112 anos e sempre contava a história de sua chegada aos mais jovens. Ele conta que veio de Minas Gerais ainda criança, depois foi pra Marabá, Mocajuba e Igarapé Preto, até chegar a Araquembaua. Segundo ele, naquela época quase não tinha ninguém na comunidade, mas mesmo assim, dava pra morar perto do rio, o terreno era alto e de difícil acesso, mas tinha um problema com os índios que moravam aqui perto. Eles não queriam estranhos e toda vez que sabiam que tinha alguém tentado ocupar anunciavam uma guerra, vinham cantando e gritando, aí o povo corria pros casquinhas e ia pro meio do rio. De lá, eles viam as flechas que os índios jogavam. Tinham medo, mas acabam voltando porque, com tudo, era mais seguro morar aqui do que em outro lugar, onde podiam voltar a serem escravos. Depois de um tempo os índios foram desaparecendo e quem ficou foi meu bisavô e sua mulher (Trabalho de

O que temos de fato são as narrativas vindas da oralidade que sinalizam dentro do imaginário popular a presença e permanência de indígenas no território quilombola de Araquembaua. Percebe-se que nessas oralidades aparecem, tanto a histórias da presença de indígenas, como também dos negros dos quilombos, são, portanto, memórias que se entrelaçam, formando, assim, as narrativas de origem da comunidade de Araquembaua.

Partindo do princípio de que a memória e a oralidade são elementos fundamentais para a construção e perpetuação da identidade e da história desse povo, absolutamente, não é minha intenção propor um novo sentido no que se refere a origem do nome da comunidade, porém trazer uma nova reflexão, de modo que possa contribuir com a rica história da localidade. Segundo afirma Bosi (1998):

A memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo 'atual' das representações. Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, 'desloca' estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva, ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e permanente, oculta e invasora" (BOSI, 1998, p. 46-47).

A partir das análises de Bosi é possível perceber como a identidade negra, ao se entranhar nas experiências de vidas de antigos quilombos vem sendo repassada de uma geração para outra. Sem dúvida, é mediante aos seus diversos saberes que os mais velhos vão repassando para seus ensinamentos para seus descendentes, que vão aprendendo a se organizar nas formas de trabalhar, produzir seus alimentos, desenvolver processos de curas com plantas e ervas tiradas das matas, assim como colhem os frutos com os quais se alimentam, produzem costumes, traços culturais, religiosos e outros aspectos de suas vidas.

Partindo do ponto de vista da origem da comunidade Araquembaua a partir dos negros quilombolas, atualmente a maioria dos seus moradores se autodeclararam negros, descendentes de quilombolas. Motivo pelo qual essa comunidade é reconhecida como comunidade descendentes de quilombolas, tendo suas terras tituladas pertencente a Associação de Remanescentes de Quilombo de Igarapé Preto a Baixinha – ARQIB. “A ARQIB representa 12 comunidades de remanescentes de quilombolas: Igarapé Preto, Araquembaua, Pampelonia,

Itaperuçu, Cupu, França, Carará, Campelo, Teófilo, Varginha, Igarapezinho e Baixinha (Ramos 2020).

A formação da comunidade quilombola de Araquembaua começa exatamente com chegada de indígenas e negros, oriundos dos quilombos, que se formaram nas proximidades, e foi crescendo com a chegada de novos moradores vinda dos povoados vizinhos, como destaca um dos moradores entrevistados no transcorrer da pesquisa feita por Lopes (2017):

Eu lembro que os meus avós sempre falavam nessa história dos índios por aqui, diziam que em Araquembaua já foi terra de índio, que eles eram guerreiros e não gostavam de gente estranha. Quando alguém tentava construir um barraco nestas bandas eles ficavam sabendo e vinham gritando, anunciando uma guerra. Muita gente desistiu, mas teve gente que não tinha pra onde ir e foi ficando. Até que um dia os índios também deixaram de aparecer. Aí a maioria das pessoas da comunidade acredita ainda hoje nessa história dos índios, mas não tem nenhuma prova, documento ou coisa assim, é só história. (Entrevistado 1. Trabalho de Campo. Entrevista realizada em 23.10.2015. Relato coletado e utilizado na pesquisa de LOPES, 2017, p. 37).

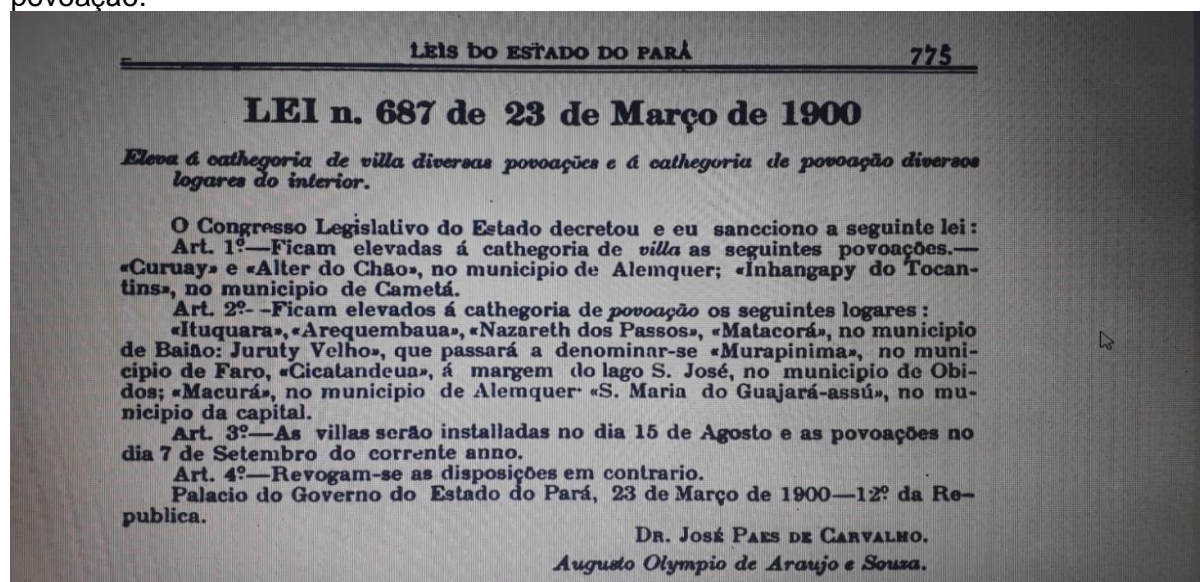
A comunidade quilombola de Araquembaua localiza-se à margem esquerda do Rio Tocantins, tendo à frente da vila para o rio Tocantins e suas terras agricultáveis (fundos) para a Br 422 – Trans-Cametá. E que neste caso, a comunidade sempre foi marcada pelo isolamento, tendo como única forma de acesso até a cidade de Baião pequeno barco. Mas, recentemente, foi criado um sistema de travessia de balsa, via a comunidade de Varginha, interligando as comunidades da margem esquerda com a margem direita do rio Tocantins, facilitando desta forma o acesso dos moradores.

Considerando que a comunidade, também pode ter sido constituída por indígenas, buscou-se nesta pesquisa saber mais a respeito do nome ARAQUEMBÁUA em dicionários de língua tupi-guarani, dos termos que compõem o nome, uma vez, ser fundamental que busquemos elementos através de pesquisas, que nos leve a compreender cada vez mais a nossa história. Nesse sentido, o topônimo “ARAQUEMBÁUA” é de origem tupi-guarani, formado pelos termos “ARA”, que significa pássaro; “QUEM”, que quer dizer dorme; “BÁUA”, cujo significado é pau oco. Trazendo, portanto, o significado “pássaro que dorme no pau oco”, fazendo assim uma clara referência as espécies de aves, comum na região amazônica, que fazem seus ninhos em troncos de árvores ocas.

Desta forma, como já foi mencionado anteriormente, não há existência documentos escritos oficiais demarcando que comunidade em questão tenha uma data de fundação. Contudo, a comunidade Araquembáua tem a sua história de constituição baseada na tradição oral, memória dos seus mais velhos habitantes. Embora em nossas buscas tenhamos encontrado no jornal “O PARA”, edição 00664, de terça feira, 20 de fevereiro de 1900, notícia do dia 19 de fevereiro de 1900, de uma sessão na câmara dos deputados, com a participação de 23 deputados, entre eles Moraes Sarmento, então deputado, que apresentou e justificou, nome da comissão de divisão civil, um projeto, que fora imprimir para entrar na ordem dos trabalhos, elevando à categoria de povoações os lugares de: Itaquara, Nazaré dos patos e Araquembaua, no município de Baião.

Após a sessão do dia 19 de fevereiro de 1900, foi publicada em 23 de março do mesmo ano, a lei n. 687 de 23 de março de 1900, que elevou o então lugar de Araquembaua à categoria de povoação, juntamente com alguns lugares no município de Baião.

Imagem 3: Lei n. 687 de 23 de março de 1900, elevou Araquembaua à categoria de povoação.



Fonte: Jornal O Pará, edição 00664, de 20 de fevereiro de 1900.

Aliás, esta foi uma descoberta de grande importância que poderá compor informações na história de origem da comunidade quilombola de Araquembaua. Visto que, a partir desse documento temos uma data importante para a

comunidade, que em 2022, completou 122 anos da elevação na condição de povoação, portanto 23 de março é uma data histórica para a comunidade quilombola de Araquembaua.

CAPÍTULO II

TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS E SOCIOEDUCACIONAIS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE ARAQUEMBÁUA

Neste segundo capítulo será a respeito das transformações econômicas e socioeducacionais da comunidade quilombola de Araquembaua, partindo do princípio das experiências existentes nesta comunidade, tendo por base a oralidade dos seus moradores, que pode nos auxiliar nesse registro dos processos e mudanças ocorridos nessa comunidade.

No mesmo sentido, busca-se analisar ainda como está a vida dos moradores da comunidade Araquembaua após a chegada da energia elétrica, quais os avanços e melhorias que a energia elétrica da Usina Hidroelétrica de Tucuruí provocou nessa comunidade.

Para a elaboração da pesquisa foram realizadas pesquisas bibliográficas em busca de obras de autores que tratam de história, memória costumes e saberes tradicionais, assim como, de políticas públicas e socioeducacionais, relacionadas a povoações quilombolas e seus habitantes, em busca do máximo de informações e que pudessem auxiliar nas inquietações que suscitaram o interesse pela abordagem das temáticas tratadas no presente estudo. Afinal, conforme defende Fonseca, “qualquer trabalho científico necessita de uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto” (FONSECA, 2002, p. 32).

Da mesma forma, foi realizada a pesquisa de campo, com observação em lócus e gravação de entrevista com moradores da comunidade quilombola de Araquembaua, dentre os quais destacam-se professores, pais de famílias, pessoas mais velhas e jovens. Segundo afirma Fuzzi (2010), o uso da pesquisa de campo tem como finalidade “compreender os mais diferentes aspectos de uma determinada realidade. A pesquisa de campo procede à observação de fatos e fenômenos exatamente como ocorrem no real” (FUZZI, 2010).

Nestas condições, as entrevistas foram coletadas a partir da utilização de questionários com perguntas abertas pré-elaboradas, subjetivas, com questões

que foram respondidas por habitantes da comunidade em estudo. As pessoas entrevistadas ou colaboradoras da pesquisa foram selecionados seguindo uma espécie de amostragem, sendo do sexo masculino e feminino, em um total de cinco (05) pessoas, com idade que varia entre 34 e 70 anos, dentre eles foram entrevistados Deunício Lopes do Espírito Santos de 70 anos de idade, que será identificado doravante como morador 1; Clemilda Viana de Paula, 40 anos de idade, denominada de moradora 2; Henrique Daniel Chaves de Jesus, 34 anos de idade, nomeado de morador 3; Porfírio de Paula dos Reis, 51 anos de idade, identificado como Morador 4 e Rosilda Pimentel de Souza, 37 anos de idade, denominada de Moradora 5. Nestas condições, os dados coletados no decorrer da pesquisa de campo foram tabulados e analisados com auxílio dos referenciais teóricos metodológicos adotados no estudo, em busca de respostas para as questões socioeconômicas e culturais, que ajudem a compreender melhor os modos de viver na comunidade quilombola de Araquembaua, e as transformações que estão ocorrendo.

2.1. A chegada Usina Hidrelétrica de Tucuruí

É importante mencionar que o projeto de Construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí começou a ser pensado a partir do ano de 1957, ganhando força a partir de 1964, o governo militar, tendo suas obras iniciadas em 1974. Esse projeto a princípio era visto como o início do povoamento e exploração na Amazônia. Sem sobra de dúvidas essa região foi crucial para a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, devido seu pequeno povoamento e a abundância dos recursos naturais, visto como importante para o avanço do desenvolvimento brasileiro perante ao capitalismo internacional. E desta forma, a construção dessa hidrelétrica trouxe destaque para região Amazônica, atraindo principalmente imigrantes para ocupar a área pouco explorada (LIBERATORI, 2019).

No mesmo sentido, Ana Rodrigues (2023) menciona que:

A construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de Tucuruí no estado do Pará teve início no ano de 1974 e sua inauguração ocorreu dia 22 de novembro de 1984, durante a Ditadura Militar. Havia um interesse de levar para a Amazônia essa obra para explorar as riquezas que não se encontrava em outras regiões do Brasil. Com o início das obras diversas estruturas foram criadas para receber trabalhadores desse projeto, na cidade de Tucuruí foram feitas Vilas para abrigar desde os operários até os grandes chefes

das empresas Camargo Correa e Eletronorte, consequentemente favoreceu a economia da cidade, porém, quando se fala da perspectiva socioambiental para a região, houve imprudências que não podem ser esquecidas quando se remete a Usina Hidrelétrica de Tucuruí (RODRIGUES, 2023, p. 10).

Não podemos perder de vista, que várias foram as lutas travadas pelas comunidades quilombolas da região no decorrer dos últimos anos, em busca de seus direitos, além da titulação de suas terras. Lutas estas travadas contra a exploração ilegal de madeiras, como ocorre com a comunidade de Araquembaua, que também luta pela preservação do berçário de peixes do rio Bacuri. Lutas por educação, saúde e, é claro, pela energia elétrica vinda da UHE de Tucuruí. Visto que, apesar dos muitos foram os impactos ocasionada pelo fechamento do rio Tocantins, por essa usina, com a mudança na cor da água do rio, o sumiço de algumas espécies de peixe e o desaparecimento de outras, afetando o modo de vida dos moradores das comunidades ribeirinhas, como foi o caso de Araquembaua, a energia dessa hidrelétrica não veio como se esperava.

Imagem 4: Comunidade quilombola de Araquembaua e Rio Tocantins



Fonte: Registro Arquivo pessoal

Segundo afirma Lopes (2017):

Entre as décadas de 1970 a 1980, ocorreu a construção da UHE de Tucuruí. O empreendimento promoveu a redução do pescado e evocou uma grande atratividade sobre os trabalhadores locais interessados em melhores condições de trabalho e renda. O modo de vida da comunidade foi atingido diretamente, pois tinha na pesca sua principal atividade de subsistência e comercial, muitos migraram em direção ao município de Tucuruí, sede da empresa responsável pela construção da usina, e a comunidade amargou dias difíceis, com a redução da alimentação e dos trabalhadores (LOPES 2017, p. 20).

Portanto, vários foram os impactos causados pelo fechamento do rio Tocantins pela usina hidroelétrica de Tucuruí na vida dos ribeirinhos, obrigando a se reinventarem no modo de viver, buscando estratégias de sobrevivência. Pois, com o sumiço do peixe do rio, a água suja ficou imprópria para o consumo humano e o aparecimento de doenças dentre outras situações que surgiram. Foi o caso da comunidade quilombola de Araquembaua e demais comunidades vizinhas, mesmo sabendo que no futuro poderíamos ter algum benefício, como a chegada da energia, internet e outros desenvolvimentos para nossa comunidade.

Neste sentido, primeiro sentimos na pele as mudanças e os impactos negativos causados pela UHE, e isso se tornou combustível para que pudéssemos continuar reivindicando, apesar da luta árdua, muitos deixaram a comunidade em busca de vida melhor, emprego e renda. Mas, aqueles que ficaram em Araquembaua enfrentaram a luta reivindicando reparações pelos danos causados, entre os quais o fornecimento da energia elétrica, que só a partir de 2007 começaram a chegar, como benefícios para essa e outras comunidades da região Tocantina.

Desta forma, durante as atividades de pesquisa de campo buscou-se saber, com auxílio das pessoas que foram entrevistadas, quando chegou a energia (luz) elétrica na povoação de Araquembaua, e como se dava o seu fornecimento? As respostas dos colaboradores deste estudo demarcam temporalidades diferentes, de quando a energia elétrica vinha com hora marcada, a partir de um motor gerador, cujo combustível era custeado pelas coletas feitas pelos moradores. E posteriormente, quando, após lutas reivindicatórias dos habitantes dessa localidade, chegou “a tão esperada energia da barragem de Tucuruí” (Morador 1), no ano de 2006, trazendo alguns benefícios, principalmente, em relação a conservação dos alimentos, como peixes e carnes, armazenados em geladeira.

Não sendo mais necessário a salga e a secagem sob o sol dos alimentos para “uma conservação mais prolongada” (Morador 3). A população, também, passou a ter acesso a outros eletros domésticos. Contudo, a vinda da energia elétrica da Hidrelétrica de Tucuruí, afetou a vida da população local, pois acarretou mudanças nos hábitos cotidianos e nos modos de vida sociais e culturais dos moradores dessa comunidade, onde “antes existia o costume de reunir-se em rodas de conversa a noite” (Morador 3):

Morador 1 - Até o ano de 2006 quando chegou a energia elétrica fornecida pela hidrelétrica de Tucuruí, nós tínhamos um motor doado pela prefeitura, de modo que começava a funcionar as 18h e ia até 21;30h que dava pra assistir um jornal uma novela e era uma alegria na comunidade quando tinha o combustível pra funcionar, muitas das vezes fazíamos a coleta entre os próprios moradores pra que funcionasse quando não havia combustível (Trabalho de Campo. Entrevista realizada em 04.03.2023).

Morador 2 - O funcionamento para nós era através de um motor que funcionava das 18h até 21; 30 , porém não era toda noite que tinha o combustível, quando faltava, fazíamos a cooperação entre os moradores para haver luz naquela noite mesmo que fosse por um período pequeno, mas em 2006 chegou a tão esperada energia da barragem de Tucuruí que nos trouxe uma melhora, porém afetou na nossa qualidade dos peixes por consequência em nossas vidas (Trabalho de Campo. Entrevista realizada em 04.03.2023).

Morador 3 - A chegada da luz elétrica foi muito importante pra comunidade, possibilitando a melhora na conservação dos alimentos, por exemplo, o pescado em maior quantidade não precisa salgar mais ou ir ao sol pra secar pra ter uma conservação mais prolongada, porque houve acesso a geladeira e outros eletros domésticos. Houveram mudanças no padrão cultural dos moradores da comunidade, antes existia o costume de reunir-se em rodas de conversa a noite ou em poucas casas onde havia televisão pra assistir, lembrando que a energia que tínhamos era fornecida por um gerador que funcionava 18h e ia até 21h isso esporadicamente quando havia combustível (Trabalho de Campo. Entrevista realizada em 04.03.2023).

Partindo dessas informações das pessoas entrevistadas, são notórias as mudanças ocorridas na vida dos moradores da comunidade quilombola de Araquembaua. Por outro lado, com a chegada da energia elétrica por 24horas diária, oriunda da UHE de Tucuruí, chega ao fim a penúria na qual os moradores dessa comunidade que era submetida, devido o sistema de iluminação a eólica.

Ao inquerir as pessoas que participaram como entrevistadas deste estudo a respeito de quais as principais mudanças que ocorreram na comunidade de Araquembaua com a chegada da luz elétrica da barragem de Tucuruí? As

respostas demarcam o incentivo no plantio, na criação e produção de alimentos. Destacando, inclusive, melhorias no comércio local, com surgimento lanchonete e padaria. Embora a barragem em si tenha seus aspectos negativos, não se pode negar os benefícios que ela proporcionou a comunidade” (Morador 3):

Morador 1 - Com a chegada da energia da barragem houve muita melhora, logo por ter 24h por dia, e aí nos estimulou a plantar a criar a produzir. Com a ajuda do governo nas questões de benefícios públicos, nos possibilitou comprar geladeira e alguns eletros doméstico que preserva nossa alimentação, como os peixes, as frutas as popas de frutas, então foi um grande avanço aqui pra comunidade, o comércio local melhorou bastante, temos lanchonete, padaria coisa que não tínhamos antes, hoje está bem melhor (Trabalho de Campo. Entrevista realizada em 04.03.2023).

Morador 3 - As mudanças ocorreram tanto na conservação dos alimentos quanto na comunicação, acesso a celular, televisão e outros tipos de comodidade, então ela trouxe esse avanço, embora a barragem em si tenha seus aspectos negativos, não se pode negar os benefícios que ela proporcionou a comunidade (Trabalho de Campo. Entrevista realizada em 04.03.2023).

A partir dessas narrativas fica perceptível as mudanças ocorridas na vida da população quilombola de Araquembaua. Por outro lado, também buscou-se verificar, com base nas falas dos professores, que mudanças ocorreram o campo educacional: *quais foram as principais mudanças que ocorreram na educação da vila de Araquembaua, com a chegada da luz elétrica da barragem de Tucuruí?* Cujas respostas evidenciam melhoras na qualidade do ensino, possibilitando aos alunos da comunidade o estudo a noite, principalmente a Educação de Jovens e Adultos (EJA), que passou a funcionar nesta comunidade no período noturno, assim como, o funcionamento do ensino médio, conquistas que são vistas pelos professores como “mudanças muito positivas para a comunidade”:

Morador 4 - A chegada da energia trouxe muita melhora e qualidade para o ensino além de possibilitar os alunos da comunidade estudarem a noite também proporcionou a escola adquirir aparelhos que vieram auxiliar de modo geral a comunidade escolar, como o computador, televisão, internet, enfim isso só foi possível em função da chegada da energia elétrica (Trabalho de Campo. Entrevista realizada em 07.03.2023).

Morador 5 - Muitas mudanças ocorreram, exemplo o EJA passou a funcionar na comunidade no período noturno graças a chegada da luz elétrica, e também viabilizou o funcionamento do ensino médio também a noite, então foram mudanças muito positivas para a comunidade. Antes o EJA funcionava a tarde, mas, muitos ou a maioria dos alunos desistiam por conta do serviço diário não concluindo o ano letivo (Trabalho de Campo. Entrevista realizada em 08.03.2023).

Os relatos dos moradores entrevistados demonstram que a organização e luta de os descendentes de quilombo continuar firme e presente na comunidade quilombola de Araquembaua. Portanto, atualmente a luta afrodescendente continua não mais apenas pela liberdade, mas também pelo reconhecimento de suas terras, pelo fim do racismo e da discriminação racial, luta por moradia, por saúde, educação de qualidade, uma luta pelo que chamam de dívida social sem preconceito e sem a marginalização do povo negro do Brasil.

2.2. Traços da cultura africana e afro descendente nas manifestações culturais a comunidade: reflexos na economia de subsistência e na educação

Para que se possa identificar a presença da cultura africana nas manifestações da comunidade quilombola de Araquembaua, precisa-se conhecer a memória viva dos moradores mais antigos da comunidade, pois, essas manifestações estão presentes na memória desses moradores. Uma vez que se constituem um conjunto de informações que devem ser registradas, já que que povoam as memórias e vivências das pessoas mais velhas que vivem nesta comunidade, as quais conservam muito dos seus caracteres hereditários, seus hábitos, costumes, experiências de vida e saberes, passados de uma geração para outra através da oralidade e das vivências cotidianas. Assim, a sua descendência fica incumbida de levar adiante o legado da sua ancestralidade negra, seus costumes, práticas culturais e religiosas, demarcando a constituição história e cultural dessa comunidade quilombola.

É notório na história brasileira, que negros e negras, desde o início do processo de colonização, o dominavam e trabalhavam na agricultura. E no pós abolição, em comunidades de livres, ou de resistentes ao processo escravista, como foi o caso das antigas povoações quilombolas, tiveram que se reinventar para sobreviver praticando a agricultura de subsistência, quando também cultivavam, reproduziam seus costumes, modos de ser, de divertir e trabalhar, legado da população africana e afros brasileiros. A isso tudo pode ser caracterizado como bagagem cultural herdada pelos afrodescendentes, que até os dias de hoje

continua sendo desenvolvida pela grande maioria dos moradores das comunidades quilombolas brasileiras, como ocorre em Araquembaua.

Quando se fala em educação e/ou na retransmissão dos conhecimentos da cultura africana e afro-brasileira, esses aprendizados ultrapassam os muros das escolas. Pois, segundo afirma Rocha (2018), a escola já não é considerada o único espaço de aprendizado. Considerando as outras formas de educação não formal, onde o ser humano aprende em ambientes diversos.

Percebe-se, assim, a forte presença na retransmissão dos conhecimentos de pais para filhos, preservando assim as tradições quilombolas, ou seja, uma educação não formal. Segundo Rocha (2018) “Entende-se pela educação não formal as atividades desenvolvidas fora do ambiente escolar, com pouca ou nenhuma técnica pedagógica.” Sabe-se que a transmissão dos conhecimentos entre as gerações, já é considerada como uma forma de educação. “Esse tipo de educação não formal ocorre com bastante frequência nos sindicatos, associações, comunidades quilombolas e indígenas, clubes de futebol dentre outros” ROCHA, 2018).

Contudo, vale destacar que a educação formal ganhou força, e começou a acontecer efetivamente nas comunidades quilombolas de Araquembaua e demais comunidades vizinhas a partir da década de 90. Até então ela acontecia de forma esporádica, apenas nas series iniciais. A partir de 1996, com a municipalização do ensino no estado do Pará, o município de Baião, estabeleceu o funcionamento efetivo de uma escola na comunidade de Araquembaua.

Por meio da vivência os descendentes de quilombola, fazem a transmissão dos conhecimentos entre as gerações, mesmo aqueles que não se dedicaram aos estudos formal, mas praticam a educação não formal, por meio de relatos orais de seus conhecimentos, que são repassados de pai para filho, sobre a vinda forçada de negros (as) para o nosso país, o processo de escravização deste povo, suas lutas resistentes por liberdade, processo reivindicatórios dos seus direitos, ressaltando a sua importante participação no desenvolvimento político, social e cultural do Brasil.

Quando se trata da retransmissão de conhecimento entre gerações, a pesquisa buscou saber como ocorreu essa educação não formal entre pais e filhos,

logo perguntou-se aos entrevistados: Como era o modo de viver aqui na vila de Araquembaua durante sua juventude?

As narrativas das pessoas entrevistadas deixam evidentes as diferentes formas de trabalhos desenvolvidas em busca da sobrevivência, assim como, as vivências cotidianas permeadas de negociações, trocas e compartilhamentos em um período no qual não se tinham dinheiro, e as diversas formas de ensinar e aprender a fazer roça, plantar, pescar, caçar e viver acontecia nas práticas diárias, nas vivências e convivências entre as pessoas. Contudo, atreladas as memórias desses saberes compartilhados, repassados entre as gerações, há aquelas consideradas difíceis, pois, passavam também por muitas dificuldades relacionadas ao acesso à educação formal e ao tratamento de saúde especializado vindo a partir dos conhecimentos e avanços da medicina oficial. Da mesma forma, se observa a preocupação com a devastação do meio ambiente, visto que, “o mau uso do solo sem reposição de nutrientes fica mais difícil a produção” (**Morador 3**):

Morador 1 - Nossa sobrevivência aqui era basicamente da pequena lavoura, pesca e do extrativismo, coletávamos frutos da natureza para trocarmos com mercadorias, nessa época não tínhamos dinheiro. Trabalhei pra ajudar meus pais, e depois pra sustentar minha família, depois foram surgindo novas formas de sobrevivência. (Trabalho de Campo. Entrevista realizada em 04.03.2023).

Morador 2 - Nesse tempo as dificuldades eram muitas, passávamos necessidades muitas vezes, meus pais pescavam e faziam roças para plantar a mandioca principalmente, eu por ser mais velha dos irmãos ficava responsável pelos menores enquanto meus pais estavam pescando, pra roça ou caçando para nos alimentar. (Trabalho de Campo. Entrevista realizada em 04.03.2023).

Morador 3 - O nosso modo de vida na questão da agricultura, era baseado predominantemente no cultivo da mandioca, milho e arroz, naquele tempo a terra não era tão degradada não tinha sido tão devastada, a produção desses alimentos eram bem fartos, hoje em dia devido o mau uso do solo sem reposição de nutrientes fica mais difícil a produção desses produtos, também nossos pais nos sustentavam com a pesca, a fartura também no rio era maior, a caça também juntamente com os peixes eram nossas principais fontes de proteínas. A educação naquela época era difícil, tínhamos estudo até a quarta série do ensino fundamental, após essa etapa era necessário sair da vila para continuar o estudo. Então basicamente era esse nosso modo de vida nessa época, sem acesso a escola em series mais avançadas, sem energia elétrica e sem agua potável, vivendo basicamente da agricultura da pesca e extrativismo. É importante também lembrar do extrativismo da “flor do campo” foi uma época em que basicamente no mês de julho muitas famílias da comunidade se mudavam pra região da colheita outros saiam pela madrugada de suas casas pra ir colher também, esse comercio foi uma importante fonte de renda na comunidade, que hoje não funciona mais. (Trabalho de Campo. Entrevista realizada em 04.03.2023).

Por outro lado, a partir dessas narrativas, coletadas no transcorrer da pesquisa, se observa nitidamente a influência da cultura africana e afrodescendente no modo de vida dos habitantes de Araquembaua, baseado, principalmente, na agricultura de subsistência, no extrativismo vegetal, na pesca e na caça de animais silvestres.

E nesta linha de pensamento, prosseguimos nas atividades de pesquisa, questionando, *“como sobrevivem as famílias, que moram na comunidade de Araquembaua, de onde vem os seus respectivos sustentos”*? Com base nos relatos dos moradores entrevistados, se observa que grande parte da população tem como fontes de sobrevivência o extrativismo, a pesca, a caça, a lavoura das roças de mandiocas, agricultura familiar e o pequeno comércio. Outra parte, além de possuírem alguns dessas atividades de renda, também, contam com algum tipo de benefícios do governo, como o seguro defeso, bolsa família. Ou então, é funcionária pública, como é o caso de professores(as). Sem mencionar, que as pessoas mais velhas, na sua maioria, são aposentadas como trabalhadora rural:

Morador 1 - Ainda hoje continuamos exercendo tanto a lavoura quanto a pesca, porém hoje após muitos anos começamos a ver benefícios do governo, temos funcionários públicos municipais e estaduais, e os que não possuem essas rendas recebem auxílio direto do governo, como seguro defeso e bolsa família. Também a comunidade despertou para outros tipos atividades, como plantar a pimenta do reino, o açaí, então a partir daí passamos a contar com essas novas maneiras de sobrevivência. (Trabalho de Campo. Entrevista realizada em 04.03.2023).

Morador 2 - Hoje a situação é bem melhor, devido aos benefícios do governo como seguro defeso do pescador artesanal, temos o bolsa família que nos ajuda muito, tem o comércio local que gera economia pra comunidade o que era muito difícil há alguns anos atrás, mas ainda continuamos com a pesca e a pequena agricultura que é a principal fonte de alimentação da maioria absoluta dos moradores da comunidade. (Trabalho de Campo. Entrevista realizada em 04.03.2023).

Morador 3 - Hoje é um pouco mais diversificado com o avanço da modernização, mas hoje existem famílias que tradicionalmente sobrevivem da pesca do camarão essas se construíram e continuam até hoje nessa atividade, outras são mais ligadas a plantação, embora tenha diminuído bastante essa atividade, outras são ligadas ao funcionalismo público que são em boa parte professores outros ligados a área da saúde, existem as mais ligadas a caça, e também o comércio que se fortaleceu bastante, e que tem famílias que tiram seu sustento dessa área, já existem famílias atuando na criação de peixes que é uma atividade que vem se desenvolvendo dentro da comunidade. (Trabalho de Campo. Entrevista realizada em 04.03.2023).

Quando se questiona sobre a educação percebe-se, através da memória oral, que a educação formal ofertada atualmente é bastante diferente, daquela que ocorria anteriormente. Afirmam que essa mudança deve-se também ao modelo educacional que está sendo ofertado nos dias de hoje, está deixando de ser uma educação bancária, rígida, apenas de reprodução como outrora, pois nos dias de hoje é uma educação que está levando mais em consideração a pessoa, com seus questionamentos e reflexões, baseada na pedagogia da libertação do educador Paulo Freire. Neste sentido Micele Silva (2021) ao se referir a respeito da educação quilombola defende que:

educação formal deve incluir o processo educativo construído historicamente na produção e reprodução da vida em comunidade, colaborando na construção/consolidação de uma educação quilombola que valorize suas memórias, práticas culturais, saberes, danças, rituais (SILVA, 2021, p.25).

Vale ressaltar que a cultura quilombola vem se preservando a partir de várias iniciativas da sociedade em geral, dentro deste quesito de preservação, temos a participação da família, da escola e dos movimentos sociais. Logo se buscou saber Como era a educação na comunidade quilombola de Araquembaua na época de estudante das pessoas entrevistadas? Se observa nas respostas que era “um ensino tradicional na base da rigidez”. Não havendo atenção voltada para o(a) aluno(a), quando quem não aprendia como era esperado, era punido. A preocupação era apenas a leitura e a escrita, e nesse processo o(a) estudante enfrentava, muitas vezes, a ausência do espaço físico da escola e da merenda escolar:

Morador 4 - Na minha época, era aquele ensino tradicional, na base da rigidez isso com a permissão dos pais, o professor utilizava esse método, aprendia aquele que prestava atenção e os que não prestavam atenção eram punidos e automaticamente não passavam pra série seguinte, portanto aqueles que aceitavam a dureza a rigidez conseguiram prosseguir no estudo, enquanto muitos não aceitavam esse método desistiam em sua maioria do estudo. (Trabalho de Campo. Entrevista realizada em 07.03.2023).

Morador 5 - A educação nessa época tinha seus lados bons, apesar de ser ensinada na forma tradicional fazendo uso do livro didático e do quadro, eu como tive a oportunidade de estudar há trinta anos atrás fui bem alfabetizada nos meus primeiros anos na escola, porém sofriamos por falta de merenda o local não era adequado, mas a questão do ensino realmente era voltada para a aprendizagem do aluno principalmente leitura e escrita. De maneira humilde com os recursos que tinha, porém, saíamos de lá felizes com a alegria de poder está estudando, vale destacar o compromisso do professor que tinham prazer em nos ensinar,

coisa que hoje falta pra muitos professores. (Trabalho de Campo. Entrevista realizada em 08.03.2023).

Nestes relatos fica evidente que a educação da época era mesmo uma educação bancária e tradicional e que, talvez por falta de conhecimento e/ou preconceito de cor, não se ouvia falar nas questões quilombolas na escola. Pois quando se questionou se os professores já falavam com eles sobre os costumes e festejos da cultura quilombola, que ocorriam na comunidade de Araquembaua, responderam que não

Morador 4 - Não, os professores não comentavam sobre tais assuntos, eles apenas ensinavam sobre alfabetização, não era tratado sobre as questões da cultura e da origem, o foco dos professores era a leitura, escrita e alfabetização dos alunos. Essas questões culturais veio agora mais recentemente no intuito de resgatar essas culturas, que já existiam, porém, não havia essa preocupação por parte dos professores que aplicavam o método de ensino tradicional já mencionado. (Trabalho de Campo. Entrevista realizada em 07.03.2023).

Morador 5 - Não lembro de nenhum professor se quer tocar no nome quilombola na minha época de estudante. (Trabalho de Campo. Entrevista realizada em 08.03.2023).

Neste sentido, segundo afirma Micele Silva (2021), ao se referir a respeito da educação na comunidade quilombola de Igarapé Preto, que, assim como outros direitos, foram conquistados a partir do engajamento da população quilombola. Uma vez que a estrutura física das escolas, o método educativo e o conteúdo escolar disponibilizado pelo estado ainda torna a educação formal dessa população precária e de baixa qualidade. Embora essas comunidades sejam celeiros de “diversos saberes culturais, como o samba de cacete, que poderá servir de base para unir escola e comunidade e garantir uma educação realmente específica para quilombolas” (SILVA, 2021, p. 25).

Um dos focos principais da pesquisa é saber as mudanças socioeducacionais ocorridas na comunidade, por tanto tínhamos que buscar saber também como era educação antigamente e, assim, tentar comparar como ela está ocorrendo atualmente, para a partir daí entender essas transformações. Logo, partindo dessa prerrogativa de mudanças, perguntou-se aos entrevistados da pesquisa: *Como se dá a educação atualmente na escola de Araquembaua?* Observa-se a partir das respostas que já ocorrem muitas mudanças, demarcando avanços com a formação dos professores, que atualmente possuem uma formação

superior, algumas melhorias do espaço físico da escola, maior participação dos pais na escola, que se mostram mais interessados no aprendizado dos seus filhos. Contudo, ainda está longe do esperado, principalmente, no tocante ao respeito com os(as) professores(as) em todos os sentidos:

Morador 4 - Atualmente em termo de comunidade escolar houveram muitos avanços, em função da participação dos pais indo a escola. Sabemos que o espaço que a escola possui atualmente é bem melhor do que anos atrás, mas tem outros entraves que a escola acaba enfrentando como certo desinteresse por parte dos alunos, muitos vão, porém, acabam não participando das aulas por simples desinteresse e isso impossibilita que esse aluno aprenda de fato. (Trabalho de Campo. Entrevista realizada em 07.03.2023).

Morador 5 - Hoje podemos perceber uma grande mudança, principalmente na questão da formação dos professores que atualmente possuem uma formação mais elevada, os recursos que temos ainda não são suficientes oferecidos pela secretaria do município, nós professores que temos que correr atras na maioria das vezes investindo do próprio salário para poder ministrar uma boa aula. É inegável a mudança tanto na estrutura do espaço físico da escola quanto na merenda escolar, mas também a questão do respeito ao professor hoje está faltando, na minha época nós como alunos respeitávamos mais os professores (Trabalho de Campo. Entrevista realizada em 08.03.2023).

Portando, com base nas narrativas da pessoas entrevistadas, é notório que houve avanços e melhorias na educação, em alguns pontos. Mas, que ainda é preciso melhorar mais em outros aspectos. Assim sendo, observa-se como a escola que se encontra dentro do território quilombola de Araquembaua vem de alguma forma contribuindo para a preservação e o desenvolvimento da cultural afrodescendente deste lugar. Contudo, isso só ganhará força a partir da participação e organização dos habitantes das comunidades quilombolas da região do Tocantins reivindicando seus direitos, conforme defende Pinto (2006), que:

Ao se organizarem em associações reivindicam meios que lhes possibilitem melhores condições de saúde, estrutura, produção econômica, melhorias de sobrevivência, reconhecimento e titulação definitiva de suas terras. Assim como, escolas dignas para suas crianças, que venham incluir no seu currículo pedagógico a transmissão e a valorização da história, da cultura e das experiências cotidianas de antigos quilombolas da região tocantina, no norte da Amazônia (PINTO, 2006, p. 282-283).

Atualmente é ofertada na escola da comunidade Araquembaua a educação básica, nas modalidades de ensino na rede municipal: a educação infantil, ensino fundamental e educação de jovens e adultos – EJA, além do ensino médio modular,

na rede estadual de educação. Nesta condição, logo se buscou saber através das atividades de entrevistas, se: hoje o professor desenvolve algum trabalho com seus alunos sobre a história da África e dos africanos durante suas aulas? Assim como, se está ocorrendo a implementada da lei 10.639/03 na escola? E de que forma está ocorrendo? Da mesma forma: se as atividades que são desenvolvidas pela escola em parceria com a comunidade quilombola estão relacionando a cultura e os costumes dessa localidade? Pois, segundo afirma Silva (2011), escutar essas vozes pode ser um exercício enriquecedor para o sistema de educação brasileiro”, desde que leve em consideração outros eixos, “que não sejam os da imposição, negação, omissão como a história oficial, que assim procedeu por durante anos”, que infelizmente ainda tem preferido silenciar as histórias de lutas e resistências da população negra e seus descendentes no Brasil (SILVA, 2011, p.5):

Morador 4 - Na verdade, esse processo cultural está sendo trabalhado principalmente no mês de novembro onde temos o Dia da Consciência Negra que todas as escolas que agregam a área da associação quilombola elas tendem a fazer em função desse calendário. Com relação a atividade disciplinar em sala de aula em relação a questão dos afros descendentes, ela não está sendo cumprida, pode ser em função do governo municipal que não abraçou a causa. Lembro-me que apenas nos anos 2003, 2004 no governo municipal do prefeito Saci fez com que tivesse essas aulas e atividades afrodescendentes, e com a mudança de governo acabou. Hoje a escola apenas celebra essa data importante pra memória dos afros descendentes. (Trabalho de Campo. Entrevista realizada em 07.03.2023).

Morador 5 - Sim. Eu sempre procuro de acordo com os assuntos trabalhados está fazendo essa ementa, para mostrar para os alunos a importância dos africanos na construção do nosso país, procuro conscientizar os alunos que em nossas veias correm sangue de negro, como vieram? Pra que vieram? Como viveram? São questões levantadas que sempre me preocupei em debater com eles, além de tentar envolver eles nas minhas pesquisas, na internet eles ouvem outras pessoas falando. E quanto essa lei 10.639/03 ela é pouco trabalhada, alguns professores que levam um pouco dessas aulas para a sala de aula isso varia de professor para professor é uma particularidade de cada um, eu tenho cobrado em reuniões sobre esse assunto, porém até a própria questão quilombola é pouco incentivada em sala, mas tenho procurado demonstrar para meus alunos a importância dessa cultura e da nossa origem. (Trabalho de Campo. Entrevista realizada em 08.03.2023).

Observa-se a partir destas falas que as escolas quilombolas ainda precisam trabalhar com seus(suas) estudantes temas, que estão presentes nos diferentes espaços cotidianos dessas comunidades, que fazem parte de suas respectivas realidades, sendo preciso escutar suas histórias de vida, das suas famílias, problematizando o contexto social, político e cultural vivenciados nas comunidades

quilombolas. E desta forma, permitir com que o processo educativo formal, também possa ser ferramenta de lutas dos habitantes dessas povoações.

No mesmo sentido, nesses processos de lutas e reivindicações em busca de melhorias por questões relacionadas a saúde, educação, melhorias nas condições de infraestruturas, com energia elétrica, água potável. Sem falar na posse definitiva e titulação dos seus territórios, fortalecendo a valorização histórica, cultural e identitária dos(as) habitantes dessas comunidades, se observa que no caso da comunidade Araquembaua influência da Associação dos Remanescentes de Quilombo de Igarapé Preto à Baixinha - ARQUIB é de suma importância para a reconstituição histórica, valorização e manutenção de práticas culturais dessa comunidade.

Desta forma, buscamos saber com auxílio das pessoas que foram entrevistadas: quais são as culturas quilombolas que ainda sobrevivem na comunidade? Como vem ocorrendo o processo de transmissão dos conhecimentos, saberes e práticas em Araquembaua? A partir das falas fica evidente que transmissão de tais conhecimentos ocorre de uma geração para outra, mediante a educação não formal entre pais e filhos. As narrativas falam de festas, do ganzá com as danças animadas das pessoas, “que se reuniam, batiam bumbo, a onça, tinham vários instrumentos” (Morador 1). Contudo, falam também de preconceitos com tradições ou religiões de matrizes africanas, assim como, ressaltam as diversidades e diferenças culturais existentes entre as comunidades quilombolas brasileiras:

Morador 1 - Esses costumes já existiam, lembro-me quando criança já aconteciam as festas, mas nas festas não existia “conjunto” era “ganzá”, era um grupo de pessoas que se reuniam, batiam bumbo, a onça ,tinham vários instrumentos, que hoje sabemos que são da cultura dos descendentes quilombolas, porém não sabíamos que eram dessa cultura, dançávamos alegres, mas não fazíamos ideia do que representava. Hoje conhecendo um pouco, fomos nos redescobrir que somos descendentes de quilombolas, muito embora a mídia bater nessas questões, ainda persistem em alguns lugares o samba de cacete o ganzá, de modo que vivenciamos essas coisas, porém sem o conhecimento, hoje somos e nos orgulhamos de ser remanescente de quilombo. (Trabalho de Campo. Entrevista realizada em 04.03.2023).

Morador 2 - Não, na minha juventude meus pais não falavam sobre isso, até mesmo porque eles não conheciam essa cultura quilombola, não sabíamos de nossos direitos e deveres como quilombola, mas através dos movimentos das comunidades passamos a conhecer um pouco mais da nossa cultura (Trabalho de Campo. Entrevista realizada em 04.03.2023).

Morador 3 - Quando pensamos em uma tradição quilombola nossa tendência é homogeneizar todas as comunidades quilombolas como se fosse um único grupo e não é assim. As comunidades quilombolas do Para é diferente das comunidades do Maranhão ou do Rio Grande do Sul em termos culturais, elas possuem em comum a ancestralidade africana, mas, de costume elas diferem, podemos ver pela base da alimentação, e a comunidade de Araquembaua e as outras da região tem uma grande diferença no modo de falar de se alimentar, encontramos nesses lugares elementos da linguagem e culinária indígena, e isso acaba confundindo a cabeça das pessoas. Outra coisa importante é que cultura africana foi muito perseguida, destacando-se nessas comunidades o catolicismo, fazendo com que as religiões de matrizes africanas não fossem comuns nessas comunidades. Então foi essa a festividade que nós vivenciamos, a festividade da Santíssima Trindade ligada ao catolicismo. Existia alguns que praticavam algumas tradições de matrizes africanas, mas eram vistos como curandeiros, sem muita expressividade. (Trabalho de Campo. Entrevista realizada em 04.03.2023).

Percebe-se nas falas dos entrevistados que de alguma forma essa retransmissão de conhecimento ocorre entre gerações, um repasse de pai para filho, uma forma de aprendizado não formal. E desta forma, todos os(as) entrevistados(as) responderam que conhecem um pouco de sua cultura afrodescendente, seja ela por meio da família ou por meio dos movimentos realizados na comunidade.

A partir desses conhecimentos transmitidos entre pais e filhos, buscou-se saber que tipo de atividades culturais e/ou costumes dos afrodescendentes ainda ocorre na comunidade de Araquembaua. E para tal, fez-se seguinte pergunta: O que a comunidade tem feito para preservar as tradições, costumes e valores da cultura quilombola?

Morador 1 - De um certo tempo começamos perceber o quanto é importante ser quilombo, como disse anteriormente não sabíamos que eramos quilombolas por isso parte da sociedade junto com mídia, imprensa tentou tirar de nossas cabeças essas questões de quilombos, levando muitos negros a não se aceitarem aparentemente mudando as características do seu corpo. Porém hoje estamos resgatando através do trabalho das associações que representam as nossas comunidades, promovendo encontros e debates, inclusive ano passado a nossa comunidade recebeu esse grande encontro, justamente no sentido de resgatar e valorizar nossa cultura. (Trabalho de Campo. Entrevista realizada em 04.03.2023).

Morador 2 - Como disse anteriormente, não sabíamos nada sobre essa cultura, mas hoje já houve mudança, através dos eventos e encontros dialogando sobre essas questões nas comunidades, em novembro 2022 houve um grande evento aqui na comunidade onde se reuniram as entidades que representam as comunidades quilombolas da região para debater assuntos de interesse comum. (Trabalho de Campo. Entrevista realizada em 04.03.2023).

Morador 3 - Esse movimento em fazer algo em prol da cultura está ligado ao desenvolvimento da associação ARQUIB, ela tem se movimentado em busca do fortalecimento da conscientização e da política local na questão do auto reconhecimento enquanto comunidade quilombola, através da associação chega informações, e o resgate dessa cultura. Então nesse momento já temos descentralização das atividades desenvolvidas pela ARQUIB, onde um membro da associação ligado a coordenação da comunidade, leva atividade de cultura, dança, artesanato, teatro, produção de cerâmica, como uma forma de resgatar essas origens, fazendo que as gerações mais novas que estão cada vez mais distantes das tradições de base, elas tenham contato com essa cultura para que possam incorporar em suas consciências no modo de fazer no modo de obter renda, e isso vai proporcionar a perpetuação e o desenvolvimento da cultura. Existem também as festividades que são comemoradas sazonalmente como a festa junina e em novembro a festividade da Santíssima Trindade mais ligada a religiosidade católica. (Trabalho de Campo. Entrevista realizada em 04.03.2023).

As respostas das pessoas entrevistadas deixam evidente a importância da Associação de Remanescentes de Quilombolas em Araquembaua, que tem colaborado na reconstituição histórica, cultural e identitária dos seus habitantes, devido colaborar no auto reconhecimento enquanto comunidade quilombola e com descendentes de negros resistentes, que por não aceitarem o processo escravistas, fugiram, constituíram povoações de homens e mulheres livres, os antigos quilombos, onde experimentaram sobreviver com diferentes hábitos alimentares, de curas, trabalhos e diversão. Atualmente seus descendentes tentam viver e passar para as gerações futuras esse legado herdado das suas ancestralidades negras, trabalhando, estudando, se divertindo, resistindo e lutando pelos seus direitos. E, assim, em busca de conhecer e valorizar suas origens vão fazendo artesanatos, produzindo objetos de cerâmica, incentivando as gerações mais novas para a importância da sua historicidade e a autoafirmação identitária. E, através da Associação de Remanescentes de Quilombolas promovem encontros e debates, com diz uma das pessoas entrevistadas, no sentido de “*resgatar e valorizar nossa cultura*” (**Morador 3**).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do trabalho de pesquisa realizado na comunidade quilombola de Araquembaua, pode-se perceber a extensão geográfica que tem o município de Baião, dentro da vasta região Amazônica, Baião é um município extenso e rico em diversidade étnica, racial e cultural, praticamente em toda a sua extensão territorial, da margem esquerda do rio Tocantins, o que dificulta e aumenta o desafio de implementação de políticas públicas para a promoção do bem-estar social das comunidades quilombolas, boa parte delas excluídas socialmente, com difícil acesso e/ou envolvidas em pressões econômicas, fundiárias e processos discriminatórios. Que para não perder suas características étnicas é preciso levar em consideração suas histórias, culturas, saberes tradicionais, estratégias de produção, suas formas de organização social.

Apesar dos esforços dos Governos Federais, Estaduais e municipal no sentido de promover ações afirmativas voltadas para valorização das comunidades quilombolas, é preciso levar em consideração as características socioculturais, em respeito à diversidade e à sustentabilidade ambiental. A resistência na estética negra é algo de grande importância para luta contra padrões de nossa sociedade, a saber a desigualdade social e o racismo. Apresentam-se como um modo de se impor e valorizar as raízes africanas tão fortes quantos quaisquer outras. Logo se faz necessário garantir o acesso aos descendentes de quilombo aos programas sociais voltados para os mesmos, para que de fato as políticas públicas para quilombolas cheguem até as comunidades.

A pesquisa trilhou focando de forma sucinta algumas trajetórias do povo quilombola no Brasil, no Pará e em especial no município de Baião, na comunidade de Araquembaua, buscando saber sobre as mudanças ocorridas na mesma a partir da chegada na energia elétrica e do seu alto reconhecimento enquanto comunidade remanescente de quilombos, relacionando com diversos trabalhos de diferentes autores afins. Levando em conta o papel e a presença negra na colonização, no desenvolvimento e nas transformações econômicas e socioculturais na vida da população da comunidade quilombola de Araquembaua.

Após a realização da pesquisa sobre a modos de viver na comunidade quilombola de Araquembaua: transformações econômicas e socioeducacionais, imagina-se uma ampla reflexão sobre as transformações na vida dos moradores nos últimos anos na comunidade, pode-se destacar dos grandes fatores que provocaram essas mudanças, uma foi a chegada da luz elétrica de Tucuruí, e o alto reconhecimento enquanto comunidade descendentes de quilombos, criando assim um nível de consciente e importância da luta do povo negro, especialmente com relação ao direito de posse legal das terras onde vivem.

Logo se observa a necessidade de maior apoio da sociedade como um todo nas questões referente a luta dos negros e suas comunidades quilombolas. Atualmente presencia-se uma ampla divulgação da existência dessas comunidades, com o surgimento do sistema de cotas nas universidades aumentou a quantidade de jovens aceitando sua cor, passando a se declarar como negro ou descendente de negro, não por ter adquirido um grau maior de conscientização, mas sim pelos benefícios que as condições de ser negro lhe proporciona, como acesso a universidade pelo sistema de cotas para negros por meio dos processos seletivos especiais.

Mesmo com todo o processo de exclusão social sofrida pelos afrodescendentes, conclui-se que a comunidade quilombola de Araquembaua passou por grandes transformações no modo viver daquela comunidade, com o fechamento do rio Tocantins pela UHE de Tucuruí, que provocou a falta do pescado que base alimentar dos moradores, os mesmos buscaram se reinventar para sobreviver, mas com a chegada da Luz elétricas, começou a melhorar a vida na comunidade, e após 2006 com o reconhecimento do território quilombola, avanços positivos ocorreram na vida dos moradores. Com a pesquisa permitiu a descoberta de várias atividades vivenciada no dia a dia da comunidade, que nem mesmo aos moradores de Araquembaua sabiam, que fazem parte da cultura e costumes do povo quilombola, legados este que foram deixados pelos quilombolas. Traços estes encontrados na música, no artesanato, na agricultura, na dança, no extrativismo e na alma de um povo que clama de diferentes formas a sua liberdade. Dentre as mudanças foi bastante destacado a questão da titulação das terras, e a motivação para o plantio, a criação e produção, pelo fato de terem como beneficiar e conservar seus alimentos.

Por fim, é importante enfatizar que a pesquisa pretendeu de forma geral, identificar essas mudanças vivenciadas pelos moradores da comunidade quilombola e Araquembaú, buscando ainda conhecer as influências da chegada da energia elétrica e a criação da associação quilombola para o resgate e manutenção da cultura quilombola na comunidade e o seu modo de viver. Fazendo um comparativo com a formação da sociedade brasileira e das necessidades e problemas que as comunidades quilombolas remanescentes enfrentam. Dessa forma, esse trabalho não se encerra por aqui devido à dinâmica da realidade, e ao fato de poder surgir novas indagações sobre o tema proposto.

FONTES UTILIZADAS NA PESQUISA

a) FONTES ORAIS:

Clemilda Viana de Paula, 40 anos de idade

Deunício Lopes do Espírito Santo, 70 anos de idade

Henrique Daniel Chaves de Jesus, 34 anos de idade

Porfírio de Paula dos Reis, 51 anos de idade

Rosilda Pimentel de Souza, 37 anos de idade

b) FONTES DOCUMENTAIS ESCRITAS:

Atas de reuniões da Comunidade estudada

Lei que elevou Araquembaua a categoria de Vila

c) FONTES IMAGÉTICAS:

Mapas e imagens fotográficas encontradas nos acervos familiares das pessoas entrevistadas e as feitas pelo pesquisador no decorrer das atividades de pesquisa.

BIBLIOGRAFIA

BARBOSA, L. M.A. (2010) De Preto a Afro-descendente: trajetos de pesquisa sobre o negro, cultura negra e relações étnico-raciais no Brasil / organizado por Lúcia Maria de Assunção Barbosa...et al. – São Carlos : EdUFScar.

BEZERRA NETO, José Maia. Escravidão Negra na Amazônia (Séc. XVII – XIX). Belém: Paka-Tatu, 2001. BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade: Lembranças de Velhas. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BLOCH, Marc. Apologia da História ou o Ofício do Historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001

BORGES, Vavy Pacheco. O que é História. Coleção primeiros passos: Brasiliense, 1993

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002

FUZZI, Ludmila Pena. O que é pesquisa de campo. Disponível em: <http://profludfuzzimetodologia.blogspot.com.br/2010/03/o-que-e-pesquisa-de-campo.html>

LIBERATORI, Leandro César. **A Memória em Disputa: As Lutas Dos Atingidos Pela UHE de Tucuruí**. Rio de Janeiro/RJ, 2019.

LOPES, Carla Joelma de Oliveira. O TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE ARAQUEMBAUA, BAIÃO-PA. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará. 2017.

MAIA, J. Herança quilombola maranhense: história e estória / Joseane Maia – São Paulo: Paulinas, – (coleção educação em foco. Série educação, história e cultura).2012.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. Nas veredas da sobrevivência: memória, gênero e símbolo de poder feminino em povoados amazônicos. Belém: Paka-Tatu, 2004.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. Os Remanescentes de Quilombolas na Região do Tocantins (PA): História, Cultura, Educação e Lutas por melhores condições de vida. In: Dimensões da Inclusão no Ensino médio: mercado de trabalho, religiosidade e educação quilombola. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006: 271-302.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. Filhas das matas: práticas e saberes de mulheres quilombolas na Amazônia Tocantina. Belém, Açaí, 2010.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes & DOMINGUES, Andrea Silva. Educação e Memória: práticas educacionais em povoações remanescentes de quilombolas e

indígenas na Amazônia Paraense, Brasil. In: Colóquio Internacional de Ciências Sociais da Educação/III Encontro de Sociologia da Educação – O Não –Formal e o Informal em Educação: Centralidade e Periferias. Braga, Portugal, 25 a 27 de março de 2013.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. Samba de Cacete: Ecos de Tambores Africanos na Amazônia Tocantina. In: Tambores e batuques: circuito 2013-2014. – Rio de Janeiro: Sesc, Departamento Nacional - (Sonora Brasil), 2013. p. 28 -39. Disponível em: https://www2.sesc.com.br/wps/wcm/connect/5b29e7bd-858e-42a6-9c8b2737777ae766/2013_2014_Tambores+e+batuques.pdf?MOD=AJPERES&CONVERT_TO=h+ref&CACHEID=5b29e7bd-858e-42a6-9c8b-2737777ae766

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. Historiografia, resistência negra e formação dos quilombos na Amazônia Tocantina. In: FELDMAN, A.; BERLESI, J.; NUNES, F. A. Historiografia: novos debates, novas perspectivas. UFPA. Cametá, 2015.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes; PINHO, V. A.; GRANDO, B. S. História, Memória e Educação Dos Remanescentes Quilombolas De Boa Esperança – Pará. Revista Trabalho Necessário, V.18, p.115 - 138, 2020.

.

PORTELLI, Alessandro. "Tentando Aprender Um Pouquinho. Algumas Reflexões sobre a ética na História Oral": In Revista Projeto História nº 15: Ética e História Oral. São Paulo: Educ, 1997.

RAMOS, Manuel Maria Pinto da Rocha. A importância da educação em comunidades quilombolas do território afro na área de fronteira dos municípios de Baião e Oieras do Pará: as relações entre escola, comunidade e cultura afrodescendente. (Tese de Doutorado) Doutorado em Ciências da Educação da Universidade de San Lorenzo/PY - Faculdade de Educação e Humanidades. . (2020)

RAMOS, Sandoval Coêlho. Baião: A História de um Município-Valente. Gráfica e Editora, Belém- Pará, ano 2009.

RATTS, Alecsandro J. P. (Re) conhecer quilombos no território brasileiro. In: FONSECA, Maria de Nazareth Soares (Org.) Brasil afro-brasileiro. Belo Horizonte, Autêntica, 2001.

REVISTA BICENTENÁRIO, Baião 200 anos. 1979.

ROCHA, N. (2018) A educação quilombola e a reprodução cultural afrodescendente: o papel da escola como espaço educativo da identidade cultural quilombola. Maringá: Viseu

RODRIGUES, Ana Karolina Medeiros. Vidas Inundadas e Suas Lutas: Impactos Causados aos Expropriados da Região do Atual Lago da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, no Pará. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado a Faculdade de História/UFPA-Campus Universitário do Tocantins CAMETÁ-PA, 2023.

SAMUEL, Raphael. História Local e História Oral. In: Revista Brasileira de História. Pp. 219-242. V. 9, n.º 19, set. 1989 / fev. 1990.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI. 17ª Ed. Editora Record. São Paulo, 2013 (2001).

SILVA, G. M. O currículo escolar: Identidade e Educação Quilombola. Brasília, janeiro de 2011.

SILVA, Micele do Espírito Santo da. Samba de Cacete da Comunidade de Igarapé-Preto: Modos de Viver que Vão Além de Danças e Ritmos Musicais. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado a Faculdade de História/UFPA-Campus Universitário do Tocantins CAMETÁ-PA, 2021.

THOMPSON, Paul. A voz do passado: história oral. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1992.